

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL

LORIANE PIRES MENDES

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA OBTENÇÃO DA PENSÃO POR MORTE**

MATINHOS

2017

LORIANE PIRES MENDES

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA OBTENÇÃO DA PENSÃO POR MORTE**

Trabalho de Conclusão Curso apresentado
como requisito necessário à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social, Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná, realizado sob
orientação de:

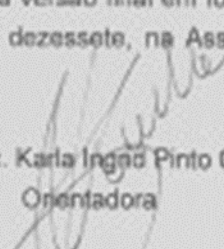
Prof.^a Dr.^a em Direito Karla Ingrid Pinto Cuellar

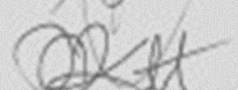
MATINHOS

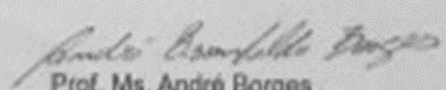
2017

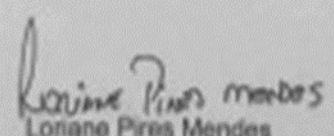
ATA DE AVALIAÇÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dezesseis horas, no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a Banca Avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso, constituída pela Profa. Dra. Angela Massumi Katuta e pelo Prof. Ms. André Borges. Sob a presidência da Orientadora para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **LORIANE PIRES MENDES** (GLR20123812), sob o título *A atuação do Assistente Social no espaço sócio ocupacional da Previdência Social para obtenção da pensão por morte*, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante sido aprovada com conceito APL. A aluna deverá efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final em formato digital via CD, até o dia vinte de setembro de dois mil e dezessete, na Assessoria do Curso de Serviço Social.


Profa. Msc. Karla Ingrid Pinto Cuellar
Orientadora


Profa. Dra. Angela Massumi Katuta
Integrante da Banca


Prof. Ms. André Borges
Integrante da Banca


Loriane Pires Mendes
Aluna

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à você minha doce e amável mãe

E minha querida e amada filha,

Pois sem vocês eu não sou nada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela sua graça e misericórdia a cada momento de minha vida. A minha querida e amada Mãe Sr.^a Lorena Terezinha Pires Pilatto, por ter sido meu exemplo e incentivo durante toda minha vida, ao grande amor da minha vida, minha filha Nicolle Fernanda Pires Mendes dos Santos, da qual se não fosse por ela, hoje não estaria mais aqui, pois é por ela que luto todos os dias. Agradeço aos meus amigos e aos meus inimigos por acreditarem na minha jornada ou por desejarem que um dia eu caísse e não pudesse me levantar, pois bem é por vocês que também estou aqui.

Agradeço com muito amor, carinho e amizade a minha Prof.^a Orientadora Karla Cuellar, por não ter desistido de mim nesta longa caminhada e nas muitas vezes que acabei postergando meu trabalho e mesmo assim ela ainda acreditou em meu potencial e em especial a Assistente Social Odete Fernandes, que com muito carinho me acolheu e me ajudou em meu Trabalho de Conclusão de Curso, por fim as minhas irmãs que acreditaram em mim e que tenho certeza estarão ao meu lado durante toda minha jornada.

Obrigada à todos.

OBRIGADA FAMÍLIA...

“Se você tem algo a escrever, escreva!

Se for bom, ajuda alguém.

Se medíocre, não vai fazer mal a ninguém.

E se for muito ruim, alguém vai se levantar e fazer melhor.”

(Santo Agostinho)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso na graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral trata de reflexões advindas do estágio obrigatório curricular, realizado inicialmente na Secretaria do Bem Estar Social e Promoção Social e posteriormente no CRAS Novos Horizontes no Município de Guaratuba. Teve como finalidade problematizar como se constitui o trabalho dos (as) Assistentes Sociais na garantia de acesso ao direito do Benefício da Pensão por Morte, bem como os desafios encontrados no dia a dia do profissional. Com base nos dados e pesquisa realizada, este trabalho evidenciará a conjuntura sócio histórica da política Previdenciária e do Serviço Social no Brasil, expondo algumas considerações sobre os regimes da Previdência Social, reformas e contrarreformas, discorrendo sobre o exercício do profissional em meio à obtenção deste benefício, com a finalidade de apreender e expor as dificuldades e desafios dos/das Assistentes Sociais na Previdência Social e mediante as Reformas Constitucionais decorrentes.

Palavras Chaves: Serviço Social, Assistente Social, Pensão por Morte, Previdência Social.

ABSTRACT

The present Work of Conclusion of Course in the graduation of Social Service of the Federal University of Paraná - Sector Litoral deals with reflections arising from the obligatory curricular internship, initially carried out at the Social Welfare and Social Promotion Secretariat and later at the CRAS Novos Horizontes in the Municipality of Guaratuba . The purpose was to problematize how the work of the Social Assistants constitutes the guarantee of access to the right to the Benefit of the Pension by Death, as well as the challenges encountered in the daily life of the professional. On the basis of the data and research carried out, this paper will show the historical and social context of the Social Security and Social Work policy in Brazil, exposing some considerations about Social Security regimes, reforms and counterreforms, discussing the exercise of the professional in the midst of obtaining this benefit analysis, with the purpose of apprehending and exposing the difficulties and challenges of the Social Workers in Social Security and through the resulting Constitutional Reforms.

Key Words: Social Work, Social Worker, Death Pension, Social Security.

ROL DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| CAP'S | Caixas de Aposentadorias e Pensões |
| CEME | Central de Medicamentos |
| CF | Constituição Federal |
| CIF | Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CNT | Conselho Nacional do Trabalho |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| CRESS | Conselho Regional de Serviço Social |
| DATAPREV | Empresa de Processamentos de Dados da Previdência Social |
| DIESSE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| DUDH | Declaração Universal dos Direitos Humanos |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FUNABEM | Fundação Nacional do Bem Estar do Menor |
| FUNPRESP | Fundo Privado de Previdência Complementar ao Funcionalismo Público. |
| FUNRURAL | Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural |

| | |
|---------|---|
| IAPAS | Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social |
| IAPI | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários |
| INAMPS | Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social |
| INPS | Instituto Nacional de Previdência Social |
| INSS | Instituto Nacional de Seguro Social |
| LBA | Legião Brasileira de Assistência |
| LBPS | Lei de Benefícios da Previdência Social |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |
| LOPS | Lei Orgânica da Previdência Social |
| MP | Medida Provisória |
| MPAS | Ministério da Previdência Social |
| MPS | Ministério da Previdência Social |
| MTMSSPS | Matriz teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| PBA | Plano Básico de Ação |
| PEC | Proposta de Emenda à Constituição |
| PR | Paraná |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| RGPS | Regime Geral da Previdência Social |
| RPS | Regulamento da Previdência Social |
| SINPAS | Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social |

| | |
|--------|--|
| SINPAS | Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TCU | Tribunal de Contas da União |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL..... | 15 |
| 1.1. SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL..... | 18 |
| 1.1.1. CONSTITUIÇÃO DE 1824 | 18 |
| 1.1.2. CONSTITUIÇÃO DE 1891 | 19 |
| 1.1.3. CONSTITUIÇÃO DE 1934 | 20 |
| 1.1.4. CONSTITUIÇÃO DE 1937 | 21 |
| 1.1.5. CONSTITUIÇÃO DE 1946 | 21 |
| 1.1.6. CONSTITUIÇÃO DE 1967 | 22 |
| 1.1.7. CONSTITUIÇÃO DE 1988 | 24 |
| 1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS REGENTES PELO SISTEMA..... | 24 |
| 1.3. SEGURIDADE SOCIAL | 25 |
| 1.4. FUNDAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL | 26 |
| 1.4.1. SAÚDE – ART.º 196 A 200 (PROTEÇÃO, PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO) | 26 |
| 1.4.2. PREVIDÊNCIA – ART.º 201 A 202 (PERDA E REDUÇÃO DE RENDA) | 27 |
| 1.4.3. ASSISTÊNCIA – ART.º 203 A 204 (SELEÇÃO, PREVENÇÃO E ELIMINAÇÃO DE RISCOS E VULNERABILIDADE SOCIAIS)..... | 28 |
| 2. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL..... | 29 |
| 2.1. SEGURADOS | 29 |
| 2.1.1. SEGURADOS OBRIGATÓRIOS..... | 30 |
| 2.1.2. SEGURADOS FACULTATIVOS..... | 31 |
| 2.2. DEPENDENTES..... | 32 |

| | | |
|------|--|----|
| 2.3. | BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL..... | 33 |
| 3. | BENEFÍCIO DA PENSÃO POR MORTE NO REGIME GERAL DA | 35 |
| 3.1. | CONCEITO DA PENSÃO POR MORTE..... | 35 |
| 3.2. | ORIGEM DA PENSÃO POR MORTE | 35 |
| 3.3. | REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DA PENSÃO POR MORTE | 37 |
| 3.4 | BENEFICIÁRIOS..... | 38 |
| 3.5 | CARÊNCIA..... | 41 |
| 3.4. | CONCESSÃO | 41 |
| 3.5. | INÍCIO DO BENEFÍCIO, RENDA MENSAL E EXTINÇÃO | 42 |
| 4. | A AUTONOMIA PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL..... | 45 |
| 4.1. | REFORMA E CONTRAREFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL | 45 |
| 4.2. | O SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA..... | 51 |
| 4.3. | A ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA OBTENÇÃO DA PENSÃO POR MORTE..... | 54 |
| 5. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 63 |
| | REFERÊNCIAS..... | 65 |
| | ANEXO I - QUESTIONÁRIO APLICADO A ASSISTENTE SOCIAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PARANAGUÁ ODETE FERNANDES (ASSISTENTE SOCIAL -CRESS-1727/11ª REGIÃO/PR) | 69 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso na graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tratando de reflexões advindas do campo de estágio obrigatório curricular, realizado inicialmente na Secretaria do Bem Estar Social e Promoção Social e posteriormente no CRAS Novos Horizontes no município de Guaratuba. Teve como finalidade fazer um estudo acerca de como vem a ser A Atuação do (a) Assistente Social no espaço sócio ocupacional da Previdência Social para obtenção da Pensão por morte, bem como a evolução histórica da Seguridade Social e Assistência Social, desde os primeiros indícios de proteção social, até o contexto atual brasileiro, analisando os objetivos assistenciais e os meios de combate à pobreza e pobreza extrema, através da concessão dos benefícios assistenciais.

Este trabalho adota o método de pesquisa qualitativa, a fim de se fazer o estudo de como foi a trajetória histórica da Seguridade Social no Brasil e Assistência Social, quais são os benefícios da Previdência Social, beneficiários e dependentes, bem como a atuação do (a) Assistente Social dentro do campo previdenciário. Para isto realizou-se um estudo sobre Seguridade Social e da atuação do (a) profissional de Serviço Social, através de leitura de alguns livros relacionados à Seguridade Social, o Código de ética do/da Assistente Social, Loas, Benefícios Previdenciários, Direito da Seguridade Social e demais assuntos pertinentes, além de entrevista realizada com a Assistente Social da Previdência Social de Paranaguá.

Com base nos dados o presente trabalho buscou evidenciar a conjuntura sócia histórica da Seguridade Social e do Serviço Social no Brasil, expondo algumas considerações acerca da Assistência Social e de seu caráter assistencialista, visando sempre garantir os direitos sociais.

Para isso, o trabalho se desenvolveu em quatro capítulos. Nos quais, o primeiro discorreu sobre a Evolução Histórica da Seguridade Social. O segundo capítulo, sobre os benefícios da Previdência Social, segurados e dependentes. O terceiro capítulo, buscou analisar com criticidade o que vem a ser o benefício da pensão por morte, enquanto o quarto e último capítulo tratou sobre a Atuação do (a)

Assistente Social no espaço sócio ocupacional da Previdência Social para obtenção da Pensão por morte, juntamente com algumas considerações sobre a reforma previdenciária atual e entrevista realizada com a Assistente Social da Previdência Social do Município de Paranaguá Odete Fernandes, inscrita sob o CRESS nº 1727/11ª região/PR e por fim conclusão do trabalho.

A pensão por morte trata-se de um benefício pago aos dependentes do segurado do INSS que vier a falecer ou, em caso de desaparecimento, tiver sua morte presumida declarada judicialmente. É um benefício de grande importância aos que dele dependem, pois é este que suprirá ou substituirá a renda do membro provedor da família, possibilitando assim que a fragilização causada pela perda do ente seja ao menos moderada no que diz respeito ao aspecto financeiro da perda. (MPS, 2012, artigo Pensão por morte)

As reflexões advindas neste trabalho nos conduzem a apontamentos que permitem dizer que a trajetória das mudanças ocorridas na política previdenciária no decorrer da história e no exercício profissional do Serviço Social, ocorridos nas décadas de 1920-1930, reflete um caráter sócio histórico de preservação da ordem capitalista no País, expondo as disputas políticas e econômicas de interesses divergentes entre si.

No decorrer da história do Serviço Social na política previdenciária, percebe-se que o trabalho profissional é marcado por limites da ação profissional conforme o projeto societário de cada período e a diversidade da Questão Social, continuamente preservado pela conjuntura sócio política e econômica do momento descrito.

CAPÍTULO I

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os primeiros indícios em relação à proteção social datam ainda na Grécia e Roma Antiga, onde se caracterizava em instituições de caráter mutualista, com o objetivo de prestar assistência aos seus membros, perante determinada contribuição, a fim de ajudar aos mais necessitados. Tendo a família romana à obrigação de prestar assistência aos seus servos e clientes através de uma associação mediante contribuição.

O período da Idade Média caracterizou-se pela formação de uma sociedade dividida entre clero, nobreza e povo. Norteados por três fatores, o cristianismo, as invasões dos bárbaros e o feudalismo. Ainda, nesta época, houve pouca evolução dos direitos humanos e sociais e as poucas evoluções não eram universais restringindo determinados grupos sociais.

Passando assim, para o Estado Absolutista, neste período por volta de 1601, na Inglaterra houve a criação da primeira lei, durante o reinado da rainha Isabel, onde pela primeira vez abordou-se sobre assistência social, ficando esta conhecida como LAW OF POOR (Lei dos Pobres) ou POOR RELIEF ACT (Ação de Assistência aos Pobres), regulamentando a instituição de auxílios e socorros públicos aos necessitados. Estando constituída através de contribuições obrigatórias para fins sociais, sendo dever da paróquia prestar auxílios aos pobres e aos juízes competia o poder de lançar impostos de caridade e nomear inspetores para examinar os auxílios prestados pelas paróquias.

Em 1883, na Alemanha, Otto Von Bismark institui o primeiro sistema de seguro social, que visava uma série de seguros sociais destinados aos trabalhadores. Criando-se o seguro-doença em favor dos trabalhadores da indústria, custeado por contribuições dos empregados, empregadores e do Estado. Em 1884, criou-se o seguro de acidente de trabalho com o custeio a cargo dos empregadores.

Já em 1889, foi instituído o seguro de invalidez e velhice, custeado pelos trabalhadores, empregadores e Estado. (ARAÚJO, 2006)

Seguindo os mesmos padrões, em 1897 a Inglaterra promulgou o "Workman's Compensation Act" (Lei de Acidentes de Trabalho), que visava o seguro obrigatório contra acidente de trabalho, sendo responsabilidade do empregador a reparação por danos nos casos de acidente de trabalho. Posteriormente, em 1908, cria-se a "Old Age Pensions" (Pensões de Velhice), que concedia aos maiores de 70 (setenta) anos uma pensão independente do tempo de contribuição. (MUNARI, 2008)

Em 1917, consolida-se no México a primeira Constituição a incluir o seguro social em seu contexto no Art.º 123. Segundo ALVES (2006):

o artigo 123 da Constituição do México de 1917 surpreendentemente tratava, de forma inédita, de matérias como a limitação da jornada de trabalho para oito horas diárias, a proibição do trabalho de menores de 12 anos e limitação a seis horas para os menores de 16 anos, a jornada máxima noturna de sete horas, o descanso semanal, a proteção à maternidade, o salário mínimo, a igualdade salarial, o adicional de horas extras, a proteção da maternidade, o direito de greve, o direito de sindicalização, a indenização de dispensa, higiene e segurança do trabalho, o seguro social e a proteção contra acidentes do trabalho e a conciliação e arbitragem dos conflitos trabalhistas. Enfim, uma série de institutos que enriqueceram consideravelmente a proteção jurídica das relações de trabalho. (ALVES, 2006).

Em seguida em 1918, veio a Constituição Soviética, que tratava de Direitos Previdenciários. Posteriormente tivemos a Constituição alemã de Weimar, de 1919 (Art.º 163), que determinou ao Estado o dever de prover a subsistência do cidadão alemão, caso não possa proporcionar-lhe a oportunidade de ganhar a vida com um trabalho produtivo. (JARDIM, 2013)

Ressalta-se ainda em 1919, o Tratado de Versalhes, que criou a OIT - Organização Internacional do Trabalho, a qual deliberava sobre normas mínimas de Seguridade Social.

Nos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, institui o New Deal (Novo Acordo), com a doutrina do Welfare State (Estado Social), com o objetivo de resolver a crise econômica, que vinha se instaurando desde 1929. Objetivava a luta contra a miséria e a defesa dos mais necessitados, amparando idosos e instituindo também o auxílio

desemprego. Em 1935, foi aprovado no Congresso Social Security Act, destinado a ajudar os idosos e a estimular o consumo, bem como o auxílio-desemprego aos trabalhadores que ficassem temporariamente desempregados. (ARAÚJO, 2006)

Entretanto, somente em meio a Segunda Guerra Mundial, que se deu início ao período de consolidação da Previdência Social, à medida que houvesse a necessidade de reconstrução dos Países envolvidos, a fim de lhes assegurar o mínimo de bem estar social. Instituído-se assim, um modelo de proteção social, futuramente aperfeiçoado pela elaboração do plano Beveridge, que tinha como características:

- a) Unificar os seguros sociais existentes;
 - b) Estabelecer a universalidade de proteção social para todos os cidadãos;
 - c) Igualdade de proteção social;
 - d) Tríplex forma de custeio, com predominância de custeio estatal.
- (ARAÚJO, 2006)

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos decreta entre outros direitos fundamentais da pessoa humana, a proteção previdenciária. Dispondo em seu Art.º 22, o Direito à segurança social:

(...) todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. (DUDH, 1948).

E, em 1952, a OIT colocou em vigor a Convenção nº 102, que estabeleceu normas mínimas a serem cumpridas pelos Países ratificados acerca da Seguridade Social:

(...) proteção que a sociedade proporciona a seus membros, mediante uma série de medidas públicas, contra as privações econômicas e sociais que, de outra maneira, derivariam do desaparecimento ou da forte redução de seus rendimentos em consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice e morte, bem como da proteção em forma de assistência médica e de apoio a famílias com filhos. (ARAÚJO, 2006)

Vale ressaltar, os pactos realizados entre os Países na defesa da Seguridade Social, entre os quais, destacamos: Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Protocolo de São Salvador (1988), Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica – 1969). (ARAÚJO, 2006)

1.1. SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

No que se refere à formação da Seguridade Social no Brasil, a mesma surgiu devido à necessidade do indivíduo de ter uma devida proteção social e de implantações de instituições de seguro social, sendo que as primeiras instituições sociais do Brasil foram às Santas Casas de misericórdia, como a de Santos (1543), Montepios, como o da Guarda Pessoal de D. João VI (1808) e sociedades beneficentes. Contudo se faz necessário uma divisão segundo o tratamento proclamado por cada Constituição na época. Analisando o aspecto de cada Constituição no que tange a Seguridade Social.

1.1.1. CONSTITUIÇÃO DE 1824

Segundo HOMCI (2009), a Constituição de 1824 fez uma breve alusão a Assistência Social, em seu Art.º 179:

Art.º 179: A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, são garantidos pela Constituição do Império, pela maneira seguinte...

Abordando em seu inciso XXXI, a importância da Constituição dos socorros públicos, “a Constituição também garante os socorros públicos.”

Em 1835, foi deliberado o decreto que aprovou a criação da primeira entidade privada a funcionar em nosso País, o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Mongeral) realizada através de cotas com a finalidade de oferecer cobertura a eventuais riscos, mediante a repartição dos encargos com todos os associados.

A Lei nº. 3.397, de 24 de novembro de 1888, previa a criação de uma Caixa de Socorros para os trabalhadores de estradas de ferro de propriedade do Estado. Em 1889, foram criados os seguros sociais de obrigatoriedade para os empregados dos correios, através do Decreto 9.212, de 26 de março e o Decreto 10.269, de 20 de junho, que estabelece o fundo especial de pensões das oficinas da Imprensa

Régia. Em 1890, o Decreto 221, de 26 de fevereiro, dispõe sobre a aposentadoria aos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, benefício que foi estendido a todos os ferroviários do País pelo Decreto 405, de 17 de maio do mesmo ano. Em 31 de outubro também do mesmo ano, o Decreto 942-A cria o Montepio obrigatório dos empregados do Ministério da Fazenda. (CAVASSANA, 2008 p.16).

1.1.2. CONSTITUIÇÃO DE 1891

A Constituição Republicana de 1891 inseriu apenas dois artigos nas suas disposições acerca da proteção social, descritos no Art.º 5º, “Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar.”. E no artigo 75º, “a aposentadoria só poderá ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação.”.

Nota-se que, foi nesta Constituição que surgiu uma das maiores prestações de serviço da previdência, que foi a aposentadoria atualmente ainda concedida pela Previdência Social. Em 1892 foi instituída a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte, mas somente aos operários do arsenal da Marinha.

Em 1923, com a implementação do Decreto Legislativo nº 4.682, conhecido também como a Lei Elói Chaves, é que se dá o desenvolvimento da Previdência Social Brasileira, com a criação das CAPs (Caixas de Aposentadorias e Pensões) que foram criadas com bases nas questões de higiene e saúde do trabalhador, segundo relato de Maria Inês Souza Bravo em seu artigo, “Política de Saúde no Brasil”:

A reforma Carlos Chagas, de 1923, tenta ampliar o atendimento à saúde por parte do poder central, constituindo uma das estratégias da União de ampliação do poder nacional no interior da crise política em curso, sinalizada pelos tenentes, a partir de 1922. Neste período, também foram colocadas as questões de higiene e saúde do trabalhador, sendo tomadas algumas medidas que se constituíram no embrião do esquema previdenciário brasileiro, sendo a mais importante à criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPS) em 1923, conhecida como Lei Elói Chaves.

1.1.3. CONSTITUIÇÃO DE 1934

A Constituição de 1934 traz a primeira referência expressa aos Direitos Previdenciários, em seu Art.º 121º, § 1º alínea h. Onde expressa:

Art.º 121, § 1º, alínea h: assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a este descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte;

Do mesmo modo, a alínea c, do inciso XIX, do Art.º 5º, estabelecia a competência da União para fixar as regras de Assistência Social, ao mesmo tempo em que a competência de cuidar da saúde e assistências públicas era de responsabilidade dos Estados membros, conforme explicito no Art.º 10º, inciso II, “cuidar da saúde e assistência públicas;”.

Quanto à aposentadoria compulsória para os funcionários públicos, esta por sua vez abarcava apenas os que atingissem a idade de 68 (sessenta e oito) anos, conforme relata o Art.º 170º, § 3º, “salvo os casos previstos na Constituição, serão aposentados, compulsoriamente os funcionários que atingirem 68 anos de idade;”.

Ainda no Art.º 170º, § 4º, o mesmo assegurava a aposentadoria por invalidez, com salário integral, ao funcionário público que tivesse mais de trinta anos de trabalho efetivo e o direito aos benefícios integrais ao funcionário público que por ventura se invalidasse em consequência de acidente decorrido em serviço e ainda os trabalhadores atacados de doenças contagiosas ou explanado no Art.º 170, § 6º.

Art.º 170 - § 6º o funcionário que se invalidar em consequência de acidente ocorrido no serviço será aposentado com vencimentos integrais, qualquer que seja o seu tempo de serviço; serão também aposentados os atacados de doença contagiosa ou incurável, que os inabilite para o exercício do cargo;

Em 1936, com a elaboração da Lei nº 367 houve a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), o qual os empregados eram segurados obrigatórios e os empregadores facultativos.

1.1.4. CONSTITUIÇÃO DE 1937

Com a criação da Constituição de 1937, houve uma regressão no que diz respeito à previdência. Visto que a mesma apenas citava os direitos previdenciários apenas na alínea m e n os quais dispunham:

Art.º 137: m) a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes do trabalho; n) as associações de trabalhadores têm o dever de prestar aos seus associados, auxílio ou assistência, no referente às práticas administrativas ou judiciais relativas aos seguros de acidentes do trabalho e aos seguros sociais.

Sendo esta omissa à participação do Estado no que diz respeito ao custeio do sistema, prevendo ainda direitos que nunca puderam ser cumpridos, pois o Art.º 171º acabou sendo suspenso pelo Decreto nº 10.358, de 1942.

1.1.5. CONSTITUIÇÃO DE 1946

É nesta Constituição que surge pela primeira vez o termo Previdência Social ao invés de Seguro Social. (MEIRELLES, 2009)

No Art.º 157º, inciso XVI empregava a previdência mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte. Esta forma de financiamento triplo foi usada nas Constituições posteriores.

Em 1960, com a criação da Lei nº 3.807 – Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) houve a unificação da legislação previdenciária em ter todos os institutos previdenciários. (MEIRELLES, 2009)

No plano substancial a LOPS, criou alguns benefícios, tais como auxílio natalidade, auxílio funeral e auxílio reclusão. Lembrando que a esta altura a Previdência Social já beneficiava todos os trabalhadores urbanos.

Em 1963, foi editada a Lei nº. 4.214, instituindo o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), ampliando alguns benefícios adquiridos pelos trabalhadores urbanos aos trabalhadores agrícolas brasileiros.

Em 1966, a LOPS passou por algumas alterações com a instauração do Decreto lei nº 66, no que diz respeito aos benefícios assegurados aos trabalhadores autônomos, prevendo a contribuição das empresas que utilizarem serviços autônomos. Também foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), reunindo assim os seis institutos de aposentadorias e pensões existentes, consolidando administrativamente a Previdência Social no Brasil.

1.1.6. CONSTITUIÇÃO DE 1967

A Constituição de 1967, não teve muitas alterações previdenciárias. Reproduzindo em seu Art.º 158, algumas das disposições do Art.º 157 da Constituição de 1946. Assim, esta Constituição foi a primeira a prever a concessão do seguro desemprego.

Em 14 de setembro de 1967, foi instaurada a Lei nº 5.316 que integrou o seguro de acidentes de trabalho na Previdência Social. A qual sobrepôs o sistema tradicional, no qual dizia que os danos sofridos pelo empregado durante a jornada de trabalho correspondiam a uma indenização por parte do empregador, a mesma foi passada à entidade seguradora mediante contrato de seguro obrigatório, sendo este risco na maioria das vezes controlado por seguradoras privadas. Havendo exceção aos Institutos Marítimos e dos empregados de Transporte de Carga, aos quais os riscos de acidente no trabalho eram diretamente administrados pelas próprias empresas. (MEIRELLES, 2009)

Em 1968, foi redigido o Decreto lei nº 367, o qual tratava da contagem do tempo de serviço dos funcionários públicos civis da União e das Autarquias. O mesmo acabou sendo revogado pela Lei nº 6.226, de 1975 a qual dispunha sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.

Em 1º de maio de 1969, foi redigido o Decreto lei nº 564 o qual estendia a Previdência Social a empregados não abrangidos pelo sistema geral da Lei nº 3.807,

de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências. Sendo este revogado pela Lei Complementar nº 11, de 1971 que tratava da instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e de outras providências. Criando assim, o PRORURAL, regulamentando a proteção a esta classe trabalhadora e por fim sendo alterado pela Lei Complementar nº 16 de 1973, que alterou a redação dos dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 1971. (MEIRELLES, 2009)

Posteriormente em 1972, foi criada a Lei nº 5.859 a qual tratava da inclusão dos empregados domésticos na Previdência Social, como segurados obrigatórios.

Em 1974, houve a elaboração da Lei nº 6.036 a qual criou o Ministério da Previdência e Assistência Social, desmembrando assim o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Ainda no mesmo ano, houve a elaboração da Lei nº 6.125 que autorizou o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV).

Em suma, os anos 70 foram de grande importância para os indivíduos idosos, ao serem amparados pelas Leis nº 6.179 e nº 6.243 as quais regulamentavam o regime previdenciário aos maiores de 70 anos e aos indivíduos inválidos na importância de 01 (um) salário mínimo e a concessão de uma determinada quantia ao aposentado que retornasse à atividade empregatícia ou ingressasse na Previdência Social após os 60 anos de idade. (MEIRELLES, 2009)

Com o objetivo de reorganizar a Previdência Social Brasileira, em 1977 com a promulgação da Lei nº 6.439, institui-se o SINPAS (Sistema Nacional da Previdência e Assistência Social). Destinando-se a incorporar as atividades da Previdência Social, da assistência médica, da assistência social e gestão administrativa, financeira e patrimonial, entre as entidades vinculadas ao Ministério da Previdência e da Assistência Social. Conforme descrito em seu Art.º 4º, integram o SINPAS:

Art.º 4º - Integram o SINPAS as seguintes entidades:

I - Instituto Nacional de Previdência Social - INPS;

II - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS;

III - Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA;

IV - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor FUNABEM;

V - Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV;

VI - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS.

§ 1º - Integra, também, o SINPAS, na condição de órgão autônomo da estrutura do MPAS, a Central de Medicamentos - CEME.

E finalmente em 1986, regulamenta-se o Decreto-lei nº 2.283 de 1986, que instituiu o Seguro desemprego. Sendo este revogado no mesmo ano pelo Decreto-lei nº 2.284. (MEIRELLES, 2009)

1.1.7. CONSTITUIÇÃO DE 1988

Publicada em 05 de outubro de 1988, a Constituição ficou conhecida como a Constituição da Solidariedade e do Bem Estar Social, pois manteve a subsídio tripartite entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, assim como entre os trabalhadores e empregadores. Expondo as três áreas de atuação da Seguridade Social: assistência social, saúde e Previdência Social. (MEIRELLES, 2009)

Em seu Art.º 6º a Carta Magna garante a Seguridade Social como um direito, competindo de forma privativa à união legislar sobre ela, de acordo com o disposto no Art.º 22, XVIII, da Constituição Federal.

A atual Constituição brasileira traz em seu conteúdo, todo um capítulo que trata da Seguridade Social, discorrendo desde seu artigo 194º ao 204º. No que tange a Ordem Social, objetiva-se à extensão e democratização do acesso da população brasileira à saúde, previdência e assistência social.

Em seu texto original, a Constituição Federal dispõe no Art.º 201, que a Previdência Social trata das casualidades envoltas pelo sistema, à medida que no Art.º 202 trata do cálculo e da correção do valor da aposentadoria.

1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS REGENTES PELO SISTEMA

Encontra-se na Constituição Federal de 88, um conjunto de princípios constitucionais da Seguridade Social. Dos quais competem as informações de todas as ações fundamentais para a obtenção dos fins propostos, cabendo a eles a vinculação da produção legislativa, administrativa e jurisprudencial. Segundo MARTINS (2002), são os seguintes princípios:

- a) Universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição. Sendo que, qualquer pessoa que contribua para a Previdência Social poderá participar dos benefícios previdenciários;
- b) Valor da renda mensal dos benefícios, não poderá ser inferior ao do salário mínimo;
- c) Cálculo dos benefícios deve ser corrigido monetariamente;
- d) Valor real dos benefícios será preservado, conforme § 4º do Art.º 201 da Constituição Federal;
- e) Previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional;
- f) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- g) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;
- h) Irredutibilidade do valor dos benefícios (preservação do poder aquisitivo);
- i) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, empregados, aposentados e governo nos órgãos colegiados;
- j) Solidariedade. Os ativos contribuem para financiar o sistema.

De todos os princípios elencados, devemos destacar o princípio de que nenhum segurado receberá benefício inferior a um salário mínimo, todavia que no sistema anterior alguns segurados rurais, recebiam benefícios inferiores ao valor do salário mínimo.

1.3. SEGURIDADE SOCIAL

O conceito de Seguridade Social foi instituído em 1988 pela Constituição Federal. Garantindo os direitos à: Saúde, Previdência e Assistência Social. Formando-se assim um tripé de Seguridade Social.

A seguridade originou-se em uma instituição político estatal, tendo como participação entidades da sociedade civil. Tem como objetivo uma ação social que garanta direitos mínimos de vida.

A relação SOCIEDADE e ESTADO acabou gerando um acordo de direitos públicos de que toda a população é titular e que o Estado e seus governantes acabam sendo responsáveis pela ação e execução desses direitos. Ficando escolhida a Saúde, a Previdência e a Assistência para regulamentar e estabilizar a sociedade através da Seguridade Social.

1.4. FUNDAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL

O Art.º 194 da CF/88 dispõe que a Seguridade Social, “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

1.4.1. SAÚDE – ART.º 196 A 200 (PROTEÇÃO, PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO)

Os arts. 196 a 200, da CF/88, e as Leis n 8.080/90, 8.142/90 e 8.689/93, tratam respectivamente do:

- Sistema Único de Saúde (SUS);
- Da participação da comunidade na gestão deste;
- Da extinção do INAMPS;
- Da assunção de suas funções: competências, atividades e atribuições pelas instâncias federal, estadual e municipal gestoras do SUS.

O Art.º 196, da CF/88, tem como objetivos reduzir o risco da doença e outros agravos, garantir ao cidadão acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. As contribuições sociais da Saúde vêm dos recursos da Seguridade Social, arrecadada através de contribuições sociais previstas no Art.º 195, que dispõe:

Art.º 195 - A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais....

Quanto ao Sistema Único de Saúde (SUS), o Art.º 200 dispõe:

Art.º 200 - Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Sendo estas as ações que ficam a cargo dos integrantes do SUS.

1.4.2. PREVIDÊNCIA – ART.º 201 A 202 (PERDA E REDUÇÃO DE RENDA)

Segundo o Art.º 201, a previdência tem por objetivo garantir a proteção do segurado em caso de doença, invalidez, morte, idade avançada, maternidade, desemprego, salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda e pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

Ao contrário do que dispõe a saúde e a assistência social, a Previdência Social, tem como caráter um regime contributivo e obrigatório. Motivo pelo qual, apenas quem contribui com a previdência, atenderá às condições previstas na lei e poderá usufruir dos benefícios por ela ofertados.

Tendo ainda, como referências as Leis:

- Lei nº. 8.212/91 - Lei Orgânica da Seguridade Social (Planos de custeio);
- Lei nº. 8.213/91 - Benefício da Previdência; e o
- Decreto n. 3.048/99 – Regulamento da Previdência Social.

1.4.3. ASSISTÊNCIA – ART.º 203 A 204 (SELEÇÃO, PREVENÇÃO E ELIMINAÇÃO DE RISCOS E VULNERABILIDADE SOCIAIS)

Institui no Art.º 203 da Constituição Federal de 1988, que são objetivos da Assistência Social:

Art.º 203 - I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Não havendo a necessidade da comprovação obrigatória de qualquer tipo de contribuição, para as famílias carentes.

A lei de Assistência Social, ainda encontra fundamentos na Lei n. 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e na Lei n. 12.101/09 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.

O cidadão ainda tem como direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) previsto na LOAS, que vem a ser um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente.

CAPÍTULO II

2. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Atualmente no sistema previdenciário brasileiro há mais de um regime previdenciário. A contributividade é um fundamento primordial do regime previdenciário brasileiro, é uma perspectiva do financiamento, por isso se confronta com os princípios da equidade ao passo que participa no custeio, na diversidade da base de financiamento e na irredutibilidade dos valores dos benefícios.

Embora a Previdência Social, componha a Seguridade Social a mesma tem regras próprias de financiamento, estabelecidas a partir de seu caráter contributivo, diferentemente da Saúde e da Assistência Social. Regras que se diferem, à medida que se refiram ao Regime Geral, aos regimes próprios ou ao regime de previdência privada.

O RGPS abarca todos os trabalhadores ligados à iniciativa privada, ficando excluídos os que possuem regime próprio de previdência (servidores públicos) e trabalhadores que não exerçam atividades remuneradas, exceto os que dele participem de forma facultativa.

Conforme exposto no Art.º 201 da CF/88, o RGPS deve amparar as eventualidades como: doença, invalidez, morte (inclusive causadas por acidentes de trabalho); velhice; proteção a maternidade; proteção ao trabalhador em desemprego involuntário; auxílio reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda e prover a pensão por morte do segurado ao cônjuge ou companheiro e dependentes. O gerenciamento do RGPS é feito pelo INSS, órgão federal responsável por conceder e conservar o benefício e serviços.

2.1. SEGURADOS

Podemos classificar os segurados de duas maneiras: como segurados obrigatórios e segurados facultativos.

2.1.1. SEGURADOS OBRIGATÓRIOS

De forma obrigatória são segurados do RGPS, toda e qualquer pessoa física que exerça atividade remunerada, efetiva ou eventual seja esta de natureza urbana ou rural, com ou sem vínculo empregatício, bem como aqueles que a lei define como tal, observados quando necessário as exceções previstas em lei ou as atividades já mencionadas acima, no período imediatamente anterior ao chamado "período de graça".

São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: empregados; empregado doméstico; contribuinte individual; trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento; segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros. (Lei nº 8.212/1991, Art.º 12)

O Regime Geral de Previdência Social é aquele que abrange o maior número de segurados, sendo obrigatório para todos que exercem atividades remuneradas por ele descritas. Assim, todos os empregados de empresas privadas e todas as pessoas que trabalham por conta própria estão, também, obrigatoriamente filiados, devendo contribuir com sua parte para o sistema. (Kertzman 2010, p. 33).

Os segurados serão sempre pessoas contribuintes do RGPS, dando-lhes assim o direito a prestações de natureza previdenciárias. Outras categorias de segurados tais como, estudantes, dona de casa, autônomos, também podem ingressar no sistema de maneira facultativa.

É imprescindível para que o trabalhador possa ser qualificado como segurado previdenciário ser pessoa física e não pessoa jurídica e que exerça uma atividade laborativa, remunerada e lícita.

2.1.2. SEGURADOS FACULTATIVOS

São as pessoas que não se enquadram em nenhuma das situações em que a lei considera como segurado obrigatório, são aqueles que de forma espontânea se inscrevem junto a Previdência Social e que atuam de maneira particular a contribuir mensalmente, para assim terem direitos a usufruir de serviços e benefícios. Tais segurados não fazem parte de qualquer regime previdenciário e nem passam a ser considerados segurados obrigatórios.

Conforme o Art.º 11 do Regulamento da Previdência Social - Decreto 3.048/99, segurados facultativos são:

Art.º 11. É segurado facultativo o maior de dezesseis anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, na forma do Art.º 199, desde que não esteja exercendo atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório da Previdência Social.

§ 1º Podem filiar-se facultativamente, entre outros:

I - a dona-de-casa;

II - o síndico de condomínio, quando não remunerado;

III - o estudante;

IV - o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior;

V - aquele que deixou de ser segurado obrigatório da Previdência Social;

VI - o membro de conselho tutelar de que trata o Art.º 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, quando não esteja vinculado a qualquer regime de Previdência Social;

VII - o bolsista e o estagiário que prestam serviços a empresa de acordo com a Lei nº 6.494, de 1977;

VIII - o bolsista que se dedique em tempo integral a pesquisa, curso de especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado, no Brasil ou no exterior, desde que não esteja vinculado a qualquer regime de Previdência Social;

IX - o presidiário que não exerce atividade remunerada nem esteja vinculado a qualquer regime de Previdência Social; (Redação dada pelo Decreto nº 7.054, de 2009)

X - o brasileiro residente ou domiciliado no exterior, salvo se filiado a regime previdenciário de País com o qual o Brasil mantenha acordo internacional. (Redação dada pelo Decreto nº 7.054, de 2009)

XI - o segurado recolhido à prisão sob regime fechado ou semiaberto, que, nesta condição, preste serviço, dentro ou fora da unidade penal, a uma ou mais empresas, com ou sem intermediação da organização carcerária ou entidade afim, ou que exerce atividade artesanal por conta própria. (Incluído pelo Decreto nº 7.054, de 2009).

A adesão ao RGPS é um ato particular e voluntário, passando este a ter efeito legal somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento, não sendo assim permitido recolhimentos retroativos a data de sua inscrição. Ficando impedido de se filiar ao RGPS como segurado facultativo, as pessoas que estejam inclusas

em regimes próprios de Previdência Social, com exceção dos que por ventura venham a ser afastados sem vencimentos e que desta maneira não permitam a contribuição ao regime próprio.

2.2. DEPENDENTES

Os dependentes são as pessoas que se qualificam nas condições de favorecidos dos segurados e que deles dependam economicamente. Os familiares são dependentes absolutos do segurado, não sendo necessário a comprovação de dependência e desde que se enquadrem no rol dos dependentes inclusos nos incisos I e II do Art.º16 da Lei 8.213/91.

Em relação a pensão por morte, o requisito para obtenção da mesma é presumido pelo cônjuge ou companheiro, conforme explícito no Art.º 16, § 4º da LBPS - Lei nº 8.213/91, “a dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada”.

Cabendo aos demais dependentes comprovação de dependência econômica, mediante prova material e testemunhal, sendo que para este fim é inconcebível apenas provas testemunhais, conforme cita o Art.º 143 do Decreto nº 3.048/99.

Art.º 143. A justificação administrativa ou judicial, no caso de prova exigida pelo Art.º 62, dependência econômica, identidade e de relação de parentesco, somente produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.

Há uma classificação no rol de dependentes, desta forma se existir dependentes em outra classe, os mesmos não obterão direito às prestações de serviços. Já os de mesma classe, terão entre si os direitos divididos por igual teor. Enquanto dependentes econômicos de primeira classe, ou seja, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, é presumida sua dependência, as demais classes sendo necessário a comprovação de dependência econômica. (GOUVEIA, 2009)

2.3. BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

São benefícios que destinam-se a suprir as necessidades dos dependentes, causadas por alguma eventualidade que venha a privar os segurados da manutenção familiar. São classificados como benefícios previdenciários os descritos no Art.º 201 da CF/88:

Art.º 201. A Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de Previdência Social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de Previdência Social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de Previdência Social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de Previdência Social e pelo setor privado.

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. § 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo.

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de Previdência Social.

Portanto, conforme exposto acima, podemos notar que os benefícios previstos no RGPS e pagos pelo INSS aos seus segurados e dependentes são: 1) aposentadoria por invalidez; 2) aposentadoria por idade; 3) aposentadoria por tempo de contribuição; 4) aposentadoria especial; 5) auxílio doença; 6) salário-família; 7) salário maternidade; e 8) auxílio acidente, cabendo ainda aos dependentes: 9) pensão por morte; e 10) auxílio reclusão.

Cada benefício citado tem atributos particulares, além das diferenças de dependentes, valor, carência, tempo de pagamento do benefício, entre outras peculiaridades.

CAPÍTULO III

3. BENEFÍCIO DA PENSÃO POR MORTE NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.1. CONCEITO DA PENSÃO POR MORTE

A Pensão por morte é um benefício pago aos dependentes, do segurado que por ventura veio a falecer, estando no ato de sua morte segurado ou não, é um benefício previsto no Art.º 201 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Art.º 74 da Lei nº 8.213/91. Visando proporcionar de forma integral ou parcial, o sustento familiar que antes era gerido pelo segurado. (Cartilha de Direito Previdenciário, 2010)

3.2. ORIGEM DA PENSÃO POR MORTE

A pensão por morte é um dos benefícios mais antigos que temos atualmente, sua origem se deu no Decreto nº 4.682/23 (Lei Eloy Chaves), que por sua vez institui a pensão por morte aos herdeiros de ferroviários que por ventura falecessem após dez anos prestando serviços ou por decorrência de acidentes de trabalho independentemente do número de anos trabalhados.

Porém, vale ressaltar que a lei não tratava-se de um seguro de vida, pois estavam incluídos em seu Art.º 26 “...*poderão a viuva ou viuvo invalido, os filhos e os paes e irmãs emquanto solteiras, na ordem da successão legal, requerer pensão á caixa creada por esta lei.*” [texto original], sendo assim, percebemos claramente que a intenção da lei era apenas proteger alguns dependentes em situação vulnerável, após a perda de seu provedor.

Apesar, de a lei mencionar a viúva ou viúvo inválido em seu Art.º 33 (parágrafo único), exclui o (a) mesmo (a) em caso de divórcio do segurado, “não tem direito á pensão a viuva que se achar divorciada ao tempo do falecimento.” (texto original)

Não podemos esquecer que a lei previa o direito as herdeiras do sexo feminino, tais como filhas e irmãs solteiras, que por ventura perderiam o direito ao benefício ao contraírem matrimônio ou novo matrimônio no caso de viúvas ou viúvos inválidos ou não. Uma vez, que com novo matrimônio caracteriza-se que o dever de prover sustento passa ao novo cônjuge, entendendo-se que não existe mais a necessidade da pensão.

As herdeiras femininas dispensavam-se um tratamento diferenciado devido à grande discriminação que sofriam na época devido as dificuldades que encontravam de ingressar no mercado de trabalho e pela própria legislação que as consideravam incapazes quando casadas e excluídas do pátrio poder.

Somente em 12 de agosto de 1949, que sancionado o Decreto nº 26.778 que a legislação previdenciária inclui as esposas como beneficiárias da pensão por morte, conforme o Art.º 34:

Art.º 34. Consideram-se beneficiários:

I - a esposa, o marido inválido, os filhos de qualquer condição, se menores de 18 anos ou inválidos e as filhas solteiras de qualquer condição, se menores de 21 anos ou inválidas;

II - a mãe e o pai inválido, os quais poderão, mediante declaração expressa do segurado, concorrer com a esposa ou esposo inválido;

III - os irmãos menores de 18 anos ou inválidos e as irmãs solteiras menores de 21 anos ou inválidas.

§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais enumeradas deve ser devidamente comprovada.

Em 1960 com a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social – Lei nº 3.807 – que teve um marco muito importante na evolução da Previdência Social, a mesma continuou a proteger as esposas. Deixando claro que a legislação tem como objetivo a proteção a aqueles que por ventura não conseguiriam assegurar o próprio sustento, situação está comum as mulheres da época, conforme já mencionado. Tal critério demonstra a execução do princípio da seletividade e distributividade, que prevê que os legisladores ao organizarem a Seguridade Social devem privilegiar as situações que encontrem-se em maior desigualdade social e econômica, ao passo

que limitam os benefícios aos que tem menor vulnerabilidade social e econômica, dessa forma evitando o comprometimento do atendimento aos mais necessitados.

Somente em 1988, com a implantação da Constituição Federal (atual Constituição) é que houve uma igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres em seu Art.º 5, inciso I que versa:

Art.º 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;”

Ou seja, os homens assim como as mulheres passam a ser considerados beneficiários da pensão por morte. Tendo seu reflexo na Lei n º 8.213/91 a qual regulamentou a pensão por morte e incluiu como beneficiários o cônjuge ou companheiro independente de sexo. (AVIAN, 2014)

AVIAN, ainda afirma que o estudo da evolução da pensão por morte, de seus dependentes e das mudanças na sociedade nos mostra que, embora o legislador tenha logrado aumentar de foram contínua o número de beneficiários, nem sempre obteve êxito em dar máxima efetividade aos princípios da seletividade e da distributividade, colocando pessoas em situação de menor vulnerabilidade social em situação de igualdade com os mais vulneráveis, como crianças, adolescentes, idosos e inválidos.

3.3. REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DA PENSÃO POR MORTE

Segundo a Constituição Federal Art.º 201, inciso V dispõe que a pensão por morte é um benefício devido aos dependentes do segurado que por algum infortúnio vier a falecer, tendo como finalidade de manter o sustento da família, bem como o provedor fazia em vida.

Os requisitos para obtenção da pensão por morte são:

- a) Óbito;

- b) Qualidade de segurado, quanto a quem veio a óbito;
- c) Qualidade de dependente em relação ao falecido;

Quanto a carência do benefício segundo Alencar (2007, p. 479), o “benefício não se exige carência, mas é preciso que a morte tenha ocorrido enquanto presente a qualidade de segurado, exceto no caso de o falecido ter em vida adquirido (...) o direito a uma das aposentadorias (...)”.

Devendo a morte ser comprovada através da apresentação da Certidão de Óbito, sendo fundamental para inclusão do benefício o registro de dados do documento. No caso de morte presumida o benefício pode ser concedido em caráter provisório, conforme reconhece o Art.º 78, § 1º da Lei nº 8.213/1991:

Art.º 78. Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, depois de 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória, na forma desta Subseção.

§ 1º Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração e do prazo deste artigo.

§ 2º Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Segundo Ramalho (2010, p. 76), é importante ressaltar que se tratando de pensão por morte e de dependentes relacionados nas Leis 8.212/91 e 8.213/91, não importa onde tenha ocorrido o falecimento, o desaparecimento ou a ausência devidamente comprovada do segurado, seja em território nacional, ou área internacional, de qualquer forma se terá direito a concepção do benefício.

3.4 BENEFICIÁRIOS

O benefício da pensão por morte, é o único benefício da Constituição que é destinado exclusivamente aos dependentes do segurado que vier a falecer. Segundo Martinez (2003, p.178), “os dependentes não são contribuintes diretamente para o custeio da Previdência Social. São assim designados por subordinarem-se economicamente ao segurado, de forma mútua, parcial ou total. A legislação os enumera, vedado o acréscimo de pessoas ali não contempladas. A dependência econômica é nitidamente econômico-financeira e sem natureza moral”.

Conforme explana o Art.º 16 da Lei nº 8.213/91, os dependentes (beneficiários) podem ser agrupados em três grupos:

Art.º 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente;

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente.

Portanto, na existência de um grupo de dependente, se extinguirá o direito a pensão por morte do grupo seguinte. Ou seja, um grupo anterior extingue o direito do grupo posterior mas, um grupo posterior não exclui o direito do anterior.

A dependência econômica é pressuposto ao cônjuge, companheiros (as) ou filhos (as), para os demais dependentes é necessário a comprovação de dependência para que o mesmo possa vir receber o benefício.

Com a instituição da CF/88, é que estabeleceu-se o direito a pensão por morte, ao cônjuge ou companheiro do sexo masculino. Pois, anteriormente a Constituição somente, poderia requerer o benefício o companheiro que comprovasse invalidez. (CASTRO; LAZZARI, 2004, p.550)

Conforme relata o Art.º 16, § 2º, Lei 8.213/91, “O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento”. Porém, segundo DEMO e SOMARIVA (2005) com a modificação da Lei 8.213/91 pela Lei 9.528/97, o menor tutelado deixa de ter o direito equiparado como filho. Pois, havendo a morte do tutor não cabe mais falar em direitos a pensão uma vez que não haja direito adquirido ao benefício.

Quanto ao filho ou irmão inválido, terão direito ao benefício desde que sua invalidez tenha ocorrido antes ou em conjunto ao óbito do segurado e contando que o solicitante não tenha sido emancipado até o momento da invalidez.

A CF/88, em seu Art.º 226, § 3º nos diz que:

Art.º 226: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º - O casamento é civil e gratuito a celebração.

§ 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. [...]

Sendo assim, o cônjuge que mantém união estável com o segurado terá direito a benefício pensão por morte, conforme regulamento constitucional.

Quanto a perda da qualidade de segurado ou dependente, segundo o Art.º 17 do Decreto 3.048/99, que homologou o Regulamento da Previdência Social (RPS), dispõe que:

Art.º17. A perda da qualidade de dependente ocorre:

I - para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade, salvo se inválidos, desde que a invalidez tenha ocorrido antes:

a) de completarem vinte e um anos de idade;

b) do casamento;

c) do início do exercício de emprego público efetivo;

d) da Constituição de estabelecimento civil ou comercial ou da existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria; ou

e) da concessão de emancipação, pelos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

IV - para os dependentes em geral:

a) pela cessação da invalidez; ou

b) pelo falecimento.

Portanto, segundo Vieira (2003, p. 65), os segurados obrigatórios serão:

a. Os que exercem atividade remunerada, efetiva ou eventual (com exceção do estagiário);

b. Os que exercem atividades de natureza urbana ou rural; e

c. Aqueles que prestam serviço com ou sem vínculo empregatício (incluídos os autônomos, empresários e eventuais, denominados atualmente de contribuintes individuais).

Tendo como pressupostos essenciais serem pessoas físicas, prestarem atividades trabalhistas lícitas e serem maiores de 16 anos (menores de 16 anos constituintes do RPS, tem seus direitos previdenciários assegurados legalmente).

Ou seja, como mencionado a pensão por morte só será devida aos dependentes do segurado pelo INSS, bastando que na data do óbito o mesmo

encontre-se na qualidade de segurado, ou dentro do período de graça. (Lopes Júnior, 2010, p.344)

3.5 CARÊNCIA

Segundo Horvath Junior, com a promulgação da Medida Provisória nº 1.729/98, tentou-se se restabelecer um período mínimo de carência de 12 contribuições mensais, porém a mesma acabou perdendo eficácia uma vez que o benefício da pensão por morte, independe de carência conforme dispõe o Art.º 26, inciso I da Lei nº 8.213/91, “Independente de carência a concessão das seguintes prestações: I - pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;”.

Portanto, para que os dependentes tenham acesso ao benefício, o indivíduo no ato do óbito deverá possuir a qualidade de segurado. Se o óbito ocorrer após a perda desta qualidade, os dependentes apenas terão direitos ao benefício se o segurado cumpriu, até a data de seu óbito os requisitos para obtenção da aposentadoria, ou ainda que tivesse reconhecido o direito à aposentadoria por invalidez dentro do período da qualidade do segurado.

3.4. CONCESSÃO

Para a concessão do benefício, o requisito principal será o óbito do segurado da Previdência Social. Desde que o mesmo encontre-se na qualidade de segurado no momento de seu óbito.

Como mencionado anteriormente havendo dúvidas quanto ao óbito do segurado, onde caracterize uma morte presumida, o benefício será concedido em caráter provisório, conforme dispõe o Art.º 78 da lei 8.213/91.

Quanto a este tema, Lopes Junior (2010) diz que:

Tal situação ocorre quando há sentença declaratória da ausência, expedida por autoridade judiciária competente, ou ainda pela comprovação do desaparecimento do segurado em razão de catástrofe, acidentes ou desastre, sendo que, com eventual reaparecimento do segurado, cessará o benefício imediatamente.

Uma vez que haja mais de um dependente o benefício será rateado em proporções iguais para todas as partes. No caso de dependentes inválidos o mesmo só será concedido mediante comprovação da incapacidade, perante perícia médica e desde que, fique comprovado o que início da invalidez se deu anteriormente ou simultaneamente ao óbito do segurado.

Quanto a acumulação do benefício, segundo o que respalda a Lei nº 9.032/95, Art.º 124, inciso IV é vedada “mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa”. Esta regra é válida também ao segurado que recebia auxílio reclusão no momento de seu óbito.

3.5. INÍCIO DO BENEFÍCIO, RENDA MENSAL E EXTINÇÃO

O Art.º 74 da Lei nº 8213/91, pressupõe que o benefício da pensão por morte, será pertinente a contar da data:

Art.º 74: I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;
II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;
III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Assim sendo, a data que dará início ao benefício será a data de óbito do segurado. Dessa forma, a data do recebimento será idêntica ao do óbito. Caso o benefício seja requerido após 30 (trinta) dias do falecimento do segurado, a data inicial do recebimento do benefício será a data em que o mesmo foi requerido pelos dependentes. Entretanto, no caso de morte presumida a data a ser determinada, será a data determina pela decisão judicial.

No caso de haver pensionistas menores, incapazes ou ausentes, reconhecidos na forma da lei, o Art.º 79 da Lei nº 8.213/91 diz que “não se aplica o

disposto no Art.º 103 desta Lei ao pensionista menor, incapaz ou ausente, na forma da lei”, assim sendo o Art.º 103 da referida Lei nos traz que:

Art.º 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Perante tal norma, os prazos de decadência e de prescrição, referidos nesta lei, apenas entrarão em vigor no momento em que o menor atingir a maioridade e data da cessação da incapacidade, assim como o ressurgimento do ausente capaz. (LOPES JÚNIOR, 2010)

De acordo com nossa atual legislação, o pensionista receberá 100% do valor da aposentaria que o segurado recebia. No entanto, se na data do óbito o segurado tivesse direito a aposentadoria por idade, por tempo de contribuição ou invalidez, os dependentes receberão pensão correspondente a 100% do valor do salário de benefício, calculado com base na média de 80% dos maiores salários de contribuição do período de contribuição do segurado, a partir de julho de 1994, segundo a legislação brasileira atual.

Como já citado anteriormente em caso de houver mais de um dependente o benefício será dividido por igual teor entre todos. Porém, caso algum dos dependentes perca o direito ao benefício, a parte correspondente ao valor recebido por ele, será dividido entre o restante.

No caso de trabalhador rural, o valor do benefício a ser deixado pelo segurado será de um salário mínimo, caso o mesmo não tenha contribuído de maneira facultativa.

Quanto a extinção do benefício da pensão por morte, extinguisse na ocorrência de um dos três fatores:

- a) Pelo falecimento do pensionista;
- b) Pela emancipação, em se tratando de menor não inválido; e
- c) Pela extinção da cota do último pensionista.

No caso, de quem receber o benefício for filho ou irmão do falecido, o benefício deixará de ser pago quando o dependente for emancipado ou atingir a idade de 21 anos, exceto no caso de invalidez onde o benefício só extinguirá, após a

cessação da invalidez do dependente. A Lei de benefícios, não altera a maior idade de 21 anos para 18 anos assim como, o Código Civil, ficando desse modo o recebimento do benefício até aos 21 anos do dependente. ALENCAR (2009)

Porém, se no decorrer da cessação do benefício, ocorra algum erro por parte da administração, o INSS deverá arcar com os encargos ou acréscimos legais devidos de sua inadimplência obrigacional. RAMALHO (2010)

CAPÍTULO IV

4. A AUTONOMIA PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ao longo da história, a Previdência Social passou por várias reformulações, que terminaram refletindo no exercício profissional do (a) Assistente Social, tanto na garantia do acesso aos direitos previdenciários, quanto nas dimensões teórico metodológico, ético político e técnico operativo da profissão.

Afim de expor estes e outros acontecimentos no decorrer da história, neste capítulo será abordado algumas considerações acerca da autonomia profissional do (a) Assistente Social no campo da Previdência Social e atual reforma previdenciária.

4.1. REFORMA E CONTRAREFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Em 1989 ocorre na capital dos Estados Unidos junto de instituições financeiras como o FMI e Banco Mundial, com os Países da América Latina e os do terceiro mundo o Consenso de Washington, encontro que teve por finalidade o desenvolvimento e a ampliação do neoliberalismo nos Países da América Latina. Segundo Rodolfo Alves Pena, o Consenso de Washington teve como objetivos os seguintes pontos:

- a)** Disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários.
- b)** Reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos a fim de que as empresas pagassem menos tributos.
- c)** Privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores.
- d)** Abertura comercial e econômica dos Países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro.

- e) Desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas.

Centralizando em torno da abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico.

Apesar do Consenso de Washington ter ocorrido em 1989, foi na década de 1990 que atingiu seu ápice no Brasil. Onde o País começou então a seguir orientações, afim de se traçar diretrizes para que tivesse condição de dar continuidade aos referidos empréstimos, como a estabilização financeira, reformas do Estado e retomada de investimentos estrangeiros, entre outros. (Duarte, 2003)

Tornando-se a Previdência Social principal alvo no que tange respeito a contrarreforma e reforma do Estado. Com a eleição de Fernando Collor na década de 90, foi que o neoliberalismo acabou sendo implantado no Brasil, onde acabou acarretando em diversas ações, que por sua vez vieram a enfraquecer a concepção de Seguridade Social, afetando principalmente na extinção do Ministério da Previdência e Assistência Social, criando o Ministério do Trabalho e Previdência Social e substituindo o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Que “tinha por finalidade apenas a cobertura da população assalariada, por meio de uma relação jurídica contratual, em que os benefícios correspondem à contribuição efetuada e não à necessidade”. (Cartaxo 1995).

Apesar de serem várias a tentativa, tanto no governo Collor quanto no governo Franco, foi somente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que instituiu-se a primeira proposta de contrarreforma previdenciária em 1990, a Ementa Constitucional nº. 33 - PEC/33 de 1995 que depois se tornou a Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998. Com a justificativa de que estava ocorrendo uma crise previdenciária, afim de se obter apoio da população. Mediante tais fatos, em 1995 o Tribunal de Contas da União (TCU), interferiu analisando as contas previdenciárias constatando que a mesma não possuía um déficit e sim um superávit econômico.

O principal motivo pelo qual houve a contrarreforma foi pela privatização da Previdência Social, tentativa esta que não obteve sucesso, pois um dos motivos que foi equiparar a aposentadoria com a idade e o tempo de contribuição não obteve

êxito, além de outros. Impactando diretamente nos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, causando grande fragilidade na população que necessitava da política previdenciária.

Em 2002 com a crise do Plano Real, foram identificados no governo de FHC novas estratégias, que tinham por finalidade dar continuidade à contrarreforma da previdência, bem como o fator previdenciário criado pela Lei nº 9.876/1999, que diminuía a aposentadoria por tempo de contribuição das pessoas que a requeressem antes dos 60 anos. Conforme está escrito na Cartilha de Direito Previdenciário:

A Lei 9.876/99 introduziu o fator previdenciário, mas este só será utilizado se for mais benéfico ao segurado.

O fator previdenciário é uma equação utilizada para calcular a aposentadoria do segurado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) levando em consideração a idade ao se aposentar, o tempo de contribuição e a expectativa de vida. Foi criado com o objetivo de equiparar a contribuição do segurado ao valor do benefício, baseia-se em quatro elementos: alíquota de contribuição, idade do trabalhador, tempo de contribuição à Previdência Social e expectativa de sobrevivência do segurado (conforme tabela do IBGE).

Assim, a fórmula do fator previdenciário é a seguinte:

$$f = \frac{Tc \times a}{Es} \times \left[1 + \frac{(Id + Tc \times a)}{100} \right]$$

Sendo: f = fator previdenciário;

Tc = tempo de contribuição do trabalhador;

a = alíquota de contribuição (0,31);

Es = expectativa de sobrevivência do trabalhador na data da aposentadoria;

Id = idade do trabalhador na data da aposentadoria.

Ressalte-se que, na aplicação do fator previdenciário, serão somados ao tempo de contribuição do segurado: cinco anos para as mulheres; cinco anos para os professores que comprovarem efetivo exercício do magistério no ensino básico, fundamental ou médio; dez anos para as professoras que comprovarem efetivo exercício do magistério no ensino básico, fundamental ou médio.

Vale ressaltar que esta fórmula somente será aplicada após o cálculo do benefício para a aposentadoria, significando em uma redução do valor conforme a idade do segurado. Com a criação da Medida Provisória nº 676/2015, ocorreu uma nova discussão acerca do fator previdenciário, pois a fórmula consiste em uma alternativa ao fator previdenciário, para os segurados que somam idade mais o tempo de contribuição de 85 anos para as mulheres e 95 para os homens, consideram-se isentos da aplicação do fator previdenciário.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula Da Silva (2003 - 2006) e posterior reeleição (2007 – 2010), candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), notou-se que o referido presidente tinha a intenção de dar continuidade ao fator previdenciário, acarretando assim divergências entre alguns partidários, tomamos por exemplo o Senhor Paulo Renato Paim, na época deputado e atualmente Senador da República, que com a criação de seu Projeto de Lei, pretendia extinguir a Lei do fator previdenciário, porém o mesmo não obteve êxito, pois apesar de ser aprovado pelo congresso, acabou sendo vetado pelo então presidente da República. Este que por sua vez foi eleito mediante suas alianças políticas e também pelo aumento da pobreza no País dentre outras questões sociais, que culminaram na criação de programas que beneficiaram o povo brasileiro, como por exemplo o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família, que tem por finalidade tirar ou pelo menos amenizar a situação de vulnerabilidade econômica das famílias que deles fazem parte, programas estes que podemos dizer que são políticas sociais, que foram criadas em consequências das contrarreformas da Previdência Social.

Ainda no mandato Lula, tivemos mais duas contrarreformas previdenciárias, uma ocorreu em 2003 com a Emenda Constitucional nº 41 e a outra em 2005 com a Emenda Constitucional nº 47, das quais a Emenda nº 41 alterava a idade mínima de aposentadoria para 55 anos para a mulher e 60 anos para o homem e no caso de servidor público, segundo Araújo em Guia dos direitos previdenciários dos servidores públicos, 20 anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos de carreira. Mantendo-se a regra anterior de igualdade entre ativos e inativos, fixando em 11% sobre a parcela que ultrapasse o teto do Regime Geral da Previdência. Em contrapartida a Emenda nº 47, alterou o tempo de serviço dos servidores públicos para 25 anos de efetivo exercício no serviço público e 15 anos de carreira.

Eis que em 2011, temos a frente da presidência a Sr.^a Dilma Rousseff mais uma candidata do PT, sendo a mesma reeleita em 2014 e sofrendo impeachment em 31 de agosto de 2016. No governo Dilma observamos que a mesma trouxe novas incitações há uma nova contrarreforma previdenciária, tendo como uma das principais justificativas o envelhecimento da população, o que causaria um rombo nos cofres da Previdência. Então em 30 de abril de 2012, sanciona-se a Lei nº 12.618 que regulamenta o Fundo Privado de Previdência Complementar ao Funcionalismo Público (FUNPRESP). Infelizmente com a crise econômica e política

vivida pelo País o resultado foi de mais extinções de direitos tanto sociais como previdenciários.

Em 2015, foi sancionada a Medida Provisória 665 e a 664, posteriormente transformadas nas Leis nº 13.134 e nº 13.135, que por sua vez vieram com mudanças na previdência. Sendo que, a Lei nº 13.134/2015 “Altera as Leis nº 7.998/90, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), altera a Lei nº 10.779/2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. Enquanto a Lei nº 13.135/2015, “Altera as Leis nº 8.213/1991, Lei nº 10.876/2004, Lei nº 8.112/1990, e Lei nº 10.666/2003.

Estas leis, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), nos trouxeram alterações significativas no que tange respeito a concessão da pensão por morte aos seus dependentes, sendo as mudanças mais marcantes:

- a) Estabelecimento de carência mínima de 24 contribuições previdenciárias por parte do trabalhador falecido para que a família receba o benefício; exceto em caso de acidente de trabalho seguido de morte. Até então não havia carência;
- b) Exigência de, ao menos, dois anos de casamento (ou união estável), exceto nos casos de morte ocasionadas por acidente de trabalho ou para o cônjuge incapaz/inválido. Anteriormente não estava prevista nenhuma exigência em relação ao tempo de casamento;
- c) A pensão passa a ser equivalente a 50% do salário do falecido somado a mais 10% por dependente, até o limite de 100%, exceto aos órfãos de pai e mãe. Antes era de 100%;
- d) A duração da pensão passa a levar em conta a idade do cônjuge/companheiro; apenas cônjuges com 44 ou mais anos de idade recebem a pensão vitaliciamente;
- e) Não terá direito à pensão por morte o condenado pela prática de crime doloso que tenha resultado na morte do segurado (esta medida entrou em vigor em 31/12/2014). (DIEESE 2015, p.11).

Ainda segundo o DIEESE, estas medidas têm como justificativas a intenção do governo de dar transparência à política, considerando-se que todas as relações de beneficiários e benefícios estarão disponíveis na internet para livre acesso, correção de distorções na concessão de benefícios, prevenção de fraudes e equiparação de gastos e regras no caso de pensões em relação a outros Países.

Como mencionando anteriormente uma das principais justificativas para tais medidas foi o fato de a população estar envelhecendo e o constante crescimento com gastos com pensões. Esperava-se que as alterações impostas pelas medidas 664 e 665 gera-se uma economia de R\$ 18 bilhões apenas no ano de 2015. (DIEESE, 2015, p.12)

Contudo o DIEESE nos traz algumas considerações acerca da MP 664, sendo estas:

1. O argumento adotado pelo Governo de corrigir “as distorções, abusos e fraudes”, sem ponderar que esses episódios representam a minoria dos benefícios pagos, pode trazer riscos às políticas públicas no geral, uma vez que os programas sociais são alvo constante de questionamentos quanto à sua lisura;
2. É inegável a necessidade do aumento do controle social para coibir fraudes, entretanto, as medidas vão em direção contrária a da estruturação do sistema de Seguridade Social, pois, em alguns casos, há a retirada de direitos e não o combate claro às irregularidades.
3. Do ponto de vista do custo, parte da argumentação do Governo concentra-se em comparações internacionais e desconsidera o longo trajeto que a sociedade brasileira tem a percorrer para se equiparar ao sistema de Seguridade Social de outros Países;
4. As medidas atingem trabalhadores de baixa renda, o próprio Governo divulgou a informação de que 57,5% das pensões são de um salário mínimo;
5. Há de se aprofundar o que significa permitir que empresas privadas participem da realização das perícias médicas;
6. As medidas anunciadas não contornam os dilemas de financiamento da Previdência Social colocados para a sociedade brasileira;
7. Por fim, destaca-se o fato de as modificações propostas pela MP entrarem em vigor em momentos diferentes, conforme Art.º 5º da própria MP.

Observa-se que o governo não está preocupado com as perdas de direitos dos trabalhadores, uma vez que os direitos expostos nas Leis 13.134/2015 e 13.135/2015 nos remete a compreender que muitos dos cidadãos brasileiros não terão acesso aos benefícios previdenciários, acarretando em uma desigualdade social culminante em nosso País. Também podemos observar que estas contrarreformas estão envoltas em consequências políticas que apenas tem como objetivo expandir a economia, desenvolver o capitalismo a partir de uma ideia neoliberal, tendo como alvo de suas medidas a redução dos direitos previdenciários e trabalhistas, possibilitando assim cada vez mais a abertura de uma previdência privada complementar no que diz respeito ao setor econômico. Há alguns anos a população brasileira vem sendo engajada que o Brasil está em uma intensa crise financeira do sistema previdenciário, mas ao observarmos e estudarmos este campo

podemos notar que não são os aposentados que causam este rombo econômico, uma vez que segundo informações do próprio Governo e conforme já foi explanado acima, 57,5% das pensões são de um salário mínimo.

Infelizmente, a contrarreforma previdenciária vem sendo constituída aos poucos, com a inserção de mecanismos que dificultam cada vez mais o acesso aos serviços e benefícios previdenciários. Mas, ao observarmos mais a fundo, notamos que a desconstrução do Seguridade Social vem desde a década de 1990, ainda no governo de FHC e é o Serviço Social junto com outros que vem lutando bravamente contra este desmonte social em busca dos direitos dos sociais e previdenciários da população brasileira.

4.2. O SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA

O marco inicial do Serviço Social no Brasil, data do ano de 1936 com a fundação da primeira escola de Serviço Social em São Paulo. Em conjuntura das transformações econômicas e sociais que permeavam o País na época. Sob a égide de iniciativas particulares tomadas por grupos ou por pequenas porções de classes, implícitas através da Igreja Católica. Os (as) primeiros (as) Assistentes Sociais tomavam como ponto de partida a filantropia e a caridade, uma vez que as questões sociais que permeavam a sociedade, eram consequências da exploração capital x trabalho. É neste contexto histórico que se vê a necessidade de legitimar o Serviço Social como profissão, afim de se obter respostas as questões norteadoras.

Segundo a MTMSSPS, “o processo de institucionalização do Serviço Social como profissão, ultrapassando a fase de "moderno agente de caridade" está ligado à criação das grandes instituições na década de 40 quando o Estado passa a incorporar e regulamentar juridicamente a questão social”. Ou seja, o Estado mediante a insatisfação popular, se vê na obrigação de atender as demandas da sociedade, através de doações, afim de tornar mais forte o sistema capitalista e conter o movimento dos trabalhadores. Em suma, estas e outras práticas ligadas umas às outras, caracterizaram por muito tempo o Serviço Social como algo

fragmentado, algo que atendia apenas superficialmente os problemas impostos pela sociedade.

Em 1944, através da Portaria nº 25 do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) é que legaliza-se o Serviço Social na Previdência, “na expansão previdenciária dos IAPs, ambos surgidos desde 1943, e concomitante à criação de grandes Instituições como Fundação Legião Brasileira de Assistência-LBA, Serviço Social da Indústria-Sesi, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Senai, Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio. (MTMSSPS, 1995, p. 09)

É a partir destes acontecimentos que podemos pontuar alguns dos momentos mais importantes do Serviço Social na Previdência. Como primeiro momento temos, a atuação do Serviço Social marcada com discursos de humanização das grandes máquinas burocráticas, do qual tanto os objetivos profissionais, quanto os objetivos institucionais identificavam-se entre si. O segundo momento foi a legitimação da profissão, a partir da unificação dos IAPs em 1966 até a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), havendo ênfase profissional em todos os campos institucionais: planejamento, supervisão e execução. E o terceiro momento foi a criação do SINPAS, com a extinção dos Centros de Serviço Social. O que significaria na perda do espaço conquistado e em contrapartida a expectativa da exclusão da profissão da área previdenciária, para a área de assistência – LBA, o que na época acabou não se concretizando pela ação, da Coordenadoria Nacional do Serviço Social – DG. (MTMSSPS, 1995, p. 09 e 10)

Neste período temos como marco principal, a luta pelo espaço profissional nos órgãos locais, na qualidade de unidades prestadoras de benefícios. É neste momento, com base no modelo psico social advindo de planos passados e na matriz teórico metodológica, é que em 1978 elabora-se o segundo Plano Básico de Ação do Serviço Social (PBA). Com o decorrer da história, a profissão desempenha uma função essencial, que logo a partir de 1960 já não conseguia atender as demandas da realidade local, pois as Questões Sociais impostas já ultrapassavam as soluções que eram dadas, filantropicamente. É neste momento que o Serviço Social visa rever as suas ações, teorias e métodos sobre as abordagens que vinham a ser tomadas, indo em direção de um Movimento de Reconceituação.

Segundo Netto (2005), este movimento foi a maior manifestação de argumentos do Serviço Social, onde buscou-se uma nova identidade profissional, de acordo com o raciocínio crítico dos profissionais sobre as práticas desempenhadas, até então definidas como, conservadoras e tradicionais. O que proporcionou as bases, elaborar um novo perfil profissional envolto com a classe trabalhadora, advindo do rompimento de práticas anteriores culminando na elaboração do projeto ético político do Serviço Social. Ainda segundo Netto (2005), este projeto ético político expressou a auto imagem da profissão, elegendo valores que a legitimaram socialmente, delimitaram e priorizaram seus objetivos e funções, formularam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais), prescreveram normas para o comportamento dos profissionais e estabeleceram as bases para as relações com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais e públicas. Essas questões permitiram compreender as bases históricas que influenciaram a profissão, assim como o seu desenvolvimento na história, afim de orientar a demanda do Serviço Social na Previdência.

Vale ressaltar que o PBA, prevaleceu sem nenhuma alteração de 1978 a 1991, em um momento histórico marcado por uma intensa dinâmica social onde se registra a entrada em cena de novos atores sociais com o ressurgimento do movimento operário, mobilizações sociais e a retomada da luta pela redemocratização do País. A falta de renovação do PBA culminou numa prática profissional conservadora, por mais que o PBA tivesse a intenção de orientar o profissionalismo assistencial, o mesmo não proferiu nenhuma interrupção com as bases tradicionais da profissão, continuando assim, limitada ao institucionalismo. (MTMSSPS, 1995, p. 10)

Entretanto, este contexto histórico proporcionou as bases favoráveis a profissão, uma construção de um novo perfil profissional, de acordo com o projeto societário das classes trabalhadoras. Pois nele constitui as instituições sociais que dão origem ao projeto ético político do Serviço Social. No que tange a Previdência Social, isto apenas foi possível através da construção da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social, que funciona como um manual profissional voltado para os direitos sociais.

Assim, a ação prioritária do Serviço Social está voltada para assegurar o direito, quer pelo acesso aos benefícios e serviços previdenciários, quer na contribuição para a formação de uma consciência de proteção social ao trabalho com a responsabilidade do Poder Público. (MTMSSPS, 1995, p. 11).

Nesse aspecto nota-se a necessidade do rompimento tradicionalista, a busca da reconstrução da identidade profissional, destacando as várias formas de atuação do Assistente Social que vão além de caridades, redefinindo e legitimando na perspectiva da necessidade do usuário. Passando de um simples executor do institucionalismo, à atuação junto a classe trabalhadora, partindo de um compromisso político assegurando seus direitos sociais.

4.3. A ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA OBTENÇÃO DA PENSÃO POR MORTE

Com base na entrevista realizada com a Assistente Social Odete Fernandes, que atualmente atende na Previdência Social de Paranaguá – (INSS), é que se desenvolverá este tópico. Primeiramente são muitos os desafios encontrados na área de atuação do (a) Assistente Social, pois ano a ano muitas mudanças acontecem seja no âmbito previdenciário, judiciário ou social. O que busca-se realizar neste trabalho é como se dá a atuação do (a) profissional frente as demandas da sociedade, principalmente no que tange o benefício da pensão por morte.

Atualmente a agência de atendimento de Paranaguá, consta com uma equipe de 18 funcionários no total, sendo 2 peritos, 1 Assistente Social e 15 atendentes administrativos. A agência está localizada na Tv. João de Souza Aranha, 267 – Vila Guadalupe, Paranaguá – PR. Atendendo aos 07 municípios do Litoral Paranaense (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), com uma demanda bem extensa é neste contexto social que atua a entrevistada, que em seu cotidiano de trabalho busca lutar pela garantia do atendimento as demandas dos serviços e benefícios da Previdência Social,

especialmente na concessão dos benefícios previdenciários. A entrevistada ingressou na Previdência no ano de 2009 através de concurso público na cidade de Maringá, onde atuou por dois anos e devido a problemas familiares conseguiu transferência para a cidade de Paranaguá, onde atua até os dias atuais. O artigo 88 da Lei nº 8.213/91, diz que:

Art.º 88 – Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

Porém, relata que são vários os desafios encontrados em seu dia a dia, pois além de ser a única Assistente Social da agência, sua demanda populacional, não se concentra apenas na cidade de Paranaguá, o que acaba dificultando o atendimento prestado aos usuários do sistema. Além desta dificuldade, elenca outros desafios sendo eles:

- 1) O fato da Previdência não abrir concursos para assistentes sociais durante 20 anos, ao assumir percebi que servidores e usuários desconheciam qual era nosso papel dentro do Instituto. Passados 8 anos, continuo esclarecendo o que é Serviço Social e quais são suas atribuições;
 - 2) Longas filas de espera para atendimento, e a maioria das pessoas desconhecem motivos pelos quais seus requerimentos foram indeferidos, ou deferidos e quais são os procedimentos posteriores;
 - 3) Falta tempo para leituras e análises de legislações, inclusive da própria Previdência, cujo perfil traz Leis complementares e alterações constantes;
 - 4) Entender toda a gama de benefícios previdenciários – são muitos; e na prática para cada regra existe uma exceção;
 - 5) Criar ações regionais com toda a rede socioassistencial e outras, com os sete municípios do litoral – Paranaguá, Matinhos, Pontal do Paraná, Guaratuba, Guaraqueçaba, Morretes e Antonina;
 - 6) A agência da Previdência Social do Litoral necessitaria mais assistentes sociais, o fato de estar sozinha na área é um desafio (demanda extenuante);
 - 7) Não foram liberadas vagas para estagiários(as) em todo Brasil. O papel supervisor simboliza troca de aprendizado, por isso continuamos reivindicando através do Sindicato e CRESS.
- Para responder aos desafios é necessário pensar e articular ações coletivas. Dificilmente tomamos decisões sem buscar apoio do coletivo. Refiro-me ao grupo de assistentes sociais, não só de nossa gerência (Curitiba, Região Metropolitana e litoral), mas de um grupo nacional. (Odete Fernandes, entrevista realizada em Junho de 2017)

Entretanto, apesar destes desafios diários, a entrevistada não deixa a desejar em seu profissionalismo, pois busca sempre informações e maneiras de atender a demanda, quando esta lhe impõe novos desafios.

Em sua rotina diária na Previdência Social de Paranaguá, a entrevistada relata as atividades desenvolvidas e que as mesmas têm como Objetivo Geral, implementar a Política Social Previdenciária sob a ótica do direito social, da formação de uma consciência coletiva de proteção ao trabalho e do fortalecimento da cidadania. Estes e outros aportes são resultados das lutas e conquistas ao longo da história do Serviço Social. Destaca-se que a Lei nº 8.662/93 – Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, abdica o conservadorismo que esteve presente no início da profissão. Indo em direção ao Código de Ética do (a) Assistente Social, onde o mesmo remete o Serviço Social para:

(...) compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. (BRASIL, 2011 p. 21 e 22).

Direcionando o Serviço Social para a autonomia dos sujeitos, através das ações voltadas a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”, entre outros direitos elencados no mesmo. (BRASIL, 2011 p. 23)

Assim sendo, a entrevistada pontua algumas atividades desenvolvidas na Previdência:

- 1) prestar atendimento técnico individual e coletivo aos usuários, esclarecendo-os quanto ao acesso aos direitos previdenciários e assistenciais, e sobre os meios de exercê-los;
- 2) socializar as informações previdenciárias e assistenciais tanto em âmbito interno quanto externo à instituição, em ações que promovam a articulação entre o INSS, movimentos sociais, instituições governamentais e organizações da sociedade civil;
- 3) realizar estudos e pesquisas sobre a realidade social, na qual se inserem os usuários da Previdência Social e sua família, com vistas a subsidiar ações no âmbito da política previdenciária;
- 4) emitir parecer social com o objetivo de fornecer elementos para reconhecimento de direitos, manutenção e recurso de benefícios e decisão médico-pericial;
- 5) realizar avaliação social da pessoa com deficiência requerente do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, com base nos

princípios da Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde – (CIF);

6) assessorar e prestar consultoria aos movimentos sociais, entidades governamentais e organizações da sociedade civil, em assuntos de política e legislação previdenciária e de assistência social;

7) promover articulação com entidades públicas e da sociedade civil para conhecimento da rede de recursos sociais;

8) realizar visitas técnicas domiciliares e/ou institucionais;

9) propor, elaborar e executar programas, projetos e ações em consonância com as demandas dos usuários e o plano de ação nacional do Serviço Social;

10) contribuir para a formação de cidadãos conscientes acerca da proteção ao trabalho e da ampliação do acesso às políticas de Seguridade Social;

11) propor, coordenar e participar de eventos institucionais e extra institucionais, respeitadas as autorizações e a agenda de trabalho;

12) participar de reunião/supervisão técnica junto ao Responsável Técnico do Serviço Social da Gerência Executiva;

13) registrar os dados do Boletim Estatístico do Serviço Social e outros dados qualitativos referentes às ações desenvolvidas, e encaminhar ao Responsável Técnico do Serviço Social;

14) desenvolver ações conjuntas com as áreas de Perícia Médica e Reabilitação Profissional;

15) atuar como assistente técnico na Procuradoria Federal Especializada, quando solicitado.

No que tange a capacitação profissional, a entrevistada relata que já fez vários cursos de capacitação profissional ao longo dos 8 anos pós concurso. E que a mesma não fica apenas em cursos, mas também em reuniões técnicas que acontecem em Curitiba (Capital do PR), seminários, leituras e análises de artigos, livros, vídeos e outros materiais acerca da atuação profissional, das expressões da questão social, mudanças políticas e econômicas do Brasil e do mundo.

Quanto aos benefícios previdenciários elencados na CF, a profissional relata que são atendidos vários tipos de demandas, dentre eles: Auxílio doença, Auxílio invalidez, Auxílio Maternidade, Auxílio Majoração, Auxílio Reclusão, Pensão por Morte, Aposentadoria especial, Aposentadoria por idade, Aposentadoria por tempo de contribuição e Aposentadoria para Pessoa com Deficiência e benefícios assistências tais como BPC – Benefício de Prestação Continuada para Pessoa Idosa e para Pessoa com Deficiência.

Em relação ao objeto de estudo desta pesquisa, destaca-se a pensão por morte, que segundo a profissional em seu campo de trabalho seu papel é orientar e realizar encaminhamentos quando os mesmos tratarem deste benefício. Ainda, relata que existe uma legislação específica para cada benefício e que cada um possui um ou mais critérios diferenciados entre si para acesso aos direitos previdenciários e sociais. No entanto no caso do Benefício de Pensão por Morte,

destaca-se que constatado o óbito do usuário o mesmo deve encontrar-se na condição de segurado, ou seja, ter tempo de contribuição à Previdência por pelo menos 12 meses, caso tenha recebido seguro desemprego são 24 meses, e caso tenha 10 anos de contribuição previdenciária são 36 meses. Cabendo aos pensionistas a comprovação de dependência do (a) segurado (a), conforme mencionado no capítulo anterior. A profissional também relata que quando o benefício é requerido e não há restrições para o mesmo, ou seja comprovado todas as exigências legais, o mesmo é concedido de imediato pelos próprios servidores da área técnica da instituição. E caso, o usuário falecido não se enquadrar no critério de segurado, os dependentes também são informados pelos técnicos. Sendo encaminhados para o Serviço Social, somente as pessoas que desconhecem os critérios de documentos comprobatórios de dependência legal, tais como: comprovantes de aluguel, de endereço em nomes conjuntos, comprovantes de internamentos hospitalares que um dos(as) companheiros(as) assinaram; comprovantes de convênios com plano de saúde, funerários; conta bancária conjuntas; seguro de vida entre outros. Lembrando que tais documentos devem datar dois anos antes da morte do(a) segurado(a). A entrevistada mencionou que a maioria das pessoas que buscam por estes e outros tipos de orientações assistenciais, desconhecem as possibilidades de comprovação de dependência e as vezes acabam por desistir do acesso ao direito, cabendo a ela orientar e encaminhar seus usuários para outras instituições, bem como: hospitais, CRAS, CREAS, unidades de saúde públicas ou privadas, entre outras.

A respeito dos relatórios emitidos, a entrevistada relatou que não faz relatórios sociais, apenas relatórios de acompanhamentos, para organização interna das ações do Serviço Social, sendo cada encaminhamento devidamente registrado e que a partir das orientações e encaminhamentos fornecidos os usuários tem de 30 a 60 dias para comprovar a necessidade ou a dependência ao setor administrativo, através de documentos para que possa acessar ou não os direitos aos benefícios. Lembra ainda que, os relatórios ou pareceres do Serviço Social, não interferem nas decisões tomadas, quanto ao deferimento ou indeferimento do Benefício de Pensão por morte. Os mesmos, apenas contribuem para que usuários(as) sejam esclarecidos quanto aos seus direitos, bem como como acessá-los.

No tocante da Reforma Constitucional, a profissional relata que isto significa um retrocesso nos direitos previdenciários. Considerando que o papel primordial do Assistente Social é a defesa dos direitos sociais, políticos, civis e humanos e que estas mudanças influenciam diretamente, não só no campo profissional, mas também no social pois fazemos parte da classe trabalhadora a ser atingida pela reforma. A esfera de direitos, veio sendo difundida ao longo da história, no entanto nenhum direito foi concedido, mas socialmente conquistados, a partir da organização da sociedade civil. Para a profissional, as reformas estão sendo definidas, e, algumas já implantadas sem consultas a estas organizações. Em outras palavras são reformas impositivas, depondo contra o formato democrático ao qual o País foi constituído, sobretudo a partir de 1988.

Partindo da Reforma da educação, a mesma foi tomada sem nenhuma consulta aos estudantes ou profissionais da área (embora a mídia divulgue ao contrário do raciocínio da profissional) e o mesmo acontece com a Reforma Trabalhista, que nos traz a privatização e terceirização dos profissionais. Destacando que, este processo de terceirização afeta não só a vida dos trabalhadores, bem como os direitos constitucionais, assim como a CLT e os setores públicos. O que implica em perdas de campos de trabalho, que por sua vez afetam direta ou indiretamente nos direitos previdenciários, já que as empresas que terceirizam a mão de obra, não mantêm vínculos longínquos com a classe trabalhadora.

Tem-se como outro exemplo o BPC, proveniente da Lei nº 8.742/93, uma das grandes conquistas sociais. Que nos últimos 15 anos foi apontado como o melhor benefício de transferência de renda que poderíamos conquistar. Em 2016, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o número de pessoas recebendo BPC se aproximava a 4 milhões. Porém com a PEC 287, Art.º 203 prevê que:

Art.º 203.

V - a concessão de benefício assistencial mensal, a título de transferência de renda, à pessoa com deficiência ou àquela com setenta anos ou mais de idade, que possua renda mensal familiar integral per capita inferior ao valor previsto em lei.

§ 1º Em relação ao benefício de que trata o inciso V, a lei disporá ainda sobre:

I - o valor e os requisitos de concessão e manutenção;

II - a definição do grupo familiar; e

III - o grau de deficiência para fins de definição do acesso ao benefício e do seu valor.

§ 2º Para definição da renda mensal familiar integral per capita prevista no inciso V será considerada a renda integral de cada membro do grupo familiar.

§ 3º A idade referida no inciso V deverá observar a forma de revisão prevista no § 15 do Art.º 201. (PEC 287, 2016).

Podendo a idade fixada, ser alterada conforme a perspectiva de vida populacional. Conforme relata a entrevistada: “a reforma consistiu em exigência de documentos com difícil acesso a população que necessita deste benefício. Além de aumentar a idade de 65 anos para 66 anos e assim sucessivamente, chegando aos 70 anos em 2020.” Desta forma as reformas previdenciárias afetam e muito os direitos dos usuários, o que acarretaria num aumento das expressões das questões sociais, dificultando o exercício profissional do (a) Assistente Social.

No que diz respeito a Pensão por Morte, houve mudanças no acesso ao direito, bem como a limitação de idade de cônjuges ou companheiros (as) (conforme tabela em anexo). Entretanto aos filhos legítimos ou adotados com menos de 21 anos o direito permanece inalterado. Instituído um pagamento mínimo de 18 contribuições antes da morte do segurado, para que os dependentes possam acessar a pensão, exceto por acidente. Anteriormente bastava pagar 1 mês para acesso ao direito, quanto ao casamento ou união estável o tempo mínimo de contribuição é de 24 meses da data do óbito do segurado, exceto que a morte tenha sido por causa de acidentes.

Esta reforma propõe a manutenção das mudanças citadas, porém condiciona ao(a) cônjuge ou companheiro(a), a optar entre a pensão por morte ou outro benefício que já receba:

Art.º 40.

§ 6º É vedado o recebimento conjunto, sem prejuízo de outras hipóteses previstas em lei:

I - de mais de uma aposentadoria à conta dos regimes de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição;

II - de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro no âmbito dos regimes de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou entre estes regimes e os regimes de que trata o Art.º 201, assegurado o direito de opção por um dos benefícios, ficando suspenso o pagamento do outro benefício; e

III - de pensão por morte e aposentadoria no âmbito dos regimes de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou entre estes regimes e os regimes de que trata o Art.º 201, assegurado o direito de opção por um dos benefícios, ficando suspenso o pagamento do outro benefício. (PEC 287, 2016).

Quanto ao valor do benefício ficou estipulado que:

Art.º 40.
 § 7º Na concessão do benefício de pensão por morte, cujo valor será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento), acrescida de cotas individuais de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o limite de 100% (cem por cento), não será aplicável o estabelecido no § 2º do Art.º 201 e será observado o seguinte:
 I - na hipótese de óbito do aposentado, as cotas serão calculadas sobre a totalidade dos proventos do servidor falecido, respeitado o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de Previdência Social;
 II - na hipótese de óbito de servidor em atividade, as cotas serão calculadas sobre o valor dos proventos aos quais o servidor teria direito caso fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, observado o disposto no inciso I do § 3º, e no § 3º-A deste artigo, respeitado o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de Previdência Social;
 III - a identidade do rol de dependentes, as condições necessárias para o enquadramento e a qualificação dos dependentes estabelecidos para o regime geral de Previdência Social;
 IV - as cotas individuais cessarão com a perda da qualidade de dependente e não serão reversíveis aos demais beneficiários; e
 V - o tempo de duração da pensão por morte e as condições de cessação das cotas individuais serão estabelecidos conforme a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, na forma prevista para o regime geral de Previdência Social. (PEC 287, 2016).

Fazendo com que muitos dos (as) dependentes por receio da reforma solicitassem suas aposentadorias antecipadas, perdendo financeiramente, pois quanto mais tempo de contribuição, aumenta possibilidades de maiores salários.

Sobre as primeiras mudanças decorridas em 2016, com relação a limitação de idades para viúvas(os), em que pese, as inúmeras denúncias de pessoas que se casavam, cujo único interesse seria receber pensão por morte, Odete relata que é contrária as medidas pois, se houve denúncias, deveriam ter ocorrido investigações para que as devidas medidas não prejudicassem a todos(as).

Assim, somando as mudanças decorridas em 2016, com as atuais reformas a tendência é potencializar a exclusão de pessoas que poderiam estar acessando valores integrais de pensões, além de manter seus direitos preservados, sobretudo a aposentadoria, auxílio doença ou outros concomitante a pensão. Já que ambos(as),

falecido(a) e o(a) pensionista são segurados(as) da previdência, considerando o caráter contributivo da política em tela.

Por último, mas não menos importante a entrevistada destaca que como profissional da área, ela vê estas mudanças como um retrocesso nos direitos conquistados, uma vez que estas reformas abdicam os usuários de reivindicarem seus direitos como um todo, dificultando o acesso aos benefícios e limitando o trabalho do Assistente Social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal de estudo “A atuação do Assistente Social no espaço sócio ocupacional da Previdência Social para obtenção da pensão por morte”. Tendo no decorrer de seu corpo textual a descrição de toda a trajetória do Serviço Social. Onde foi analisado e estudado as lutas e conquistas dos cidadãos, bem como na área profissional destacada e ainda permitindo conhecer sobre o Benefício da Pensão por morte. Abordando a compreensão de como é atuação do (a) profissional na prestação dos serviços previdenciários e sociais, possibilitando o conhecimento de todo o processo de concessão do benefício da pensão por morte para os beneficiários e dependentes que dele necessitem, assim como outros benefícios previdenciários, assim como o percurso no que tange respeito a Seguridade Social e a Assistência Social.

A presente pesquisa esclareceu sobre o que vem a ser a Previdência Social, lembrando que a mesma é composta pelo tripé da Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social. O que permitiu viabilizar ao leitor como se configurou a intervenção social de acordo com a conjuntura a qual está engajada. Esta discussão fez-se necessária mediante o fato da compreensão de como vem a ser a atuação do Assistente Social no âmbito previdenciário, perante a concessão do Benefício da Pensão por Morte.

Conforme pesquisa realizada, identificou-se não apenas a atuação do profissional, bem como algumas das rupturas históricas que a reforma constitucional causou. Enfatizando que a atuação do Assistente Social é de suma importância no âmbito previdenciário, pois é este profissional que irá orientar e direcionar os usuários do sistema conforme demanda solicitada.

Sendo relatado, conforme entrevista realizada as dificuldades do dia a dia do fazer profissional, mediante os desafios propostos. Sejam estes por falta de profissionais da área, por desconhecimento de seus direitos previdenciários ou por reformas constitucionais que limitam o acesso dos usuários aos direitos legais.

Em suma, destaca-se que as lutas e conquistas que os Assistentes Sociais vem travando ao longo da história devem ser preservadas e revisadas, afim de se evitar que determinadas alterações políticas e econômicas prejudiquem não só a atuação profissional, mas também o acesso aos direitos pelos segurados. Que infelizmente mediante as novas reformas tornam-se inacessíveis a muitos brasileiros que antes tinham, de certo modo, acesso mais viável aos benefícios. Porém compete, aos Assistentes Sociais não só desta instituição, mas as demais instituições lutar para que não haja este retrocesso histórico. Lutando avidamente para que os direitos dos usuários sejam cumpridos, afim de tornar sua atuação justa e eliminando toda e qualquer contradição que venha a ocorrer, fazendo com que sua vivência profissional torne-se o resultado de suas lutas vivenciadas a décadas.

A luta por estes e outros direitos, fortalece ainda mais a questão da defesa de uma Previdência Social limpa, justa, pública e de qualidade a fim de interceder em consonância dos cidadãos que dela necessitam. Acabando com toda e qualquer fragmentação que exista no campo de proteção social com a finalidade de promover ações sociais para os usuários em formas singulares em meio a totalidade do ser social.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Hermes Arrais. **“Benefícios previdenciários”**. 4ª edição. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2009.

ALENCAR, Hermes Arrais. **“Lei de Benefícios Previdenciários Anotada”**. São Paulo: Livraria Universitária de Direito LEUD, 2007.

ALVES, Henrique Napoleão. **“Considerações acerca da importância histórica da Constituição do México de 1917”**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1272, 25 dez. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9324>>. Acesso em: abril 2017.

ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. **“Seguridade Social”**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1272, 25 dez. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9311>>. Acesso em: abril 2017.

ARAÚJO, José Prata. **“Guia dos Direitos Previdenciários dos Servidores Públicos”**. Atualização: Abril/2008. Disponível em: <cpers15nucleo.com.br/textos/legislacao/guia_direitos_previdenciarios.doc>. Acesso em: julho de 2017.

AVIAN, Eduardo. **“Pensão por morte: evolução história, mudança de paradigma e situação atual”**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 12 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.51333&seo=1>>. Acesso em: junho de 2017.

BRASIL. **“Código de ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.”** - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011]. 60 páginas “Atualizado em 13.3.1993, com alterações intraduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. 1.ASSUNTO I. Título.

BRASIL. **“Declaração Universal dos Direitos Humanos”**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: maio de 2017.

BRASIL. **“Decreto nº 26.778, de 14 de Junho de 1949”**. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/23/1949/26778.htm>>. Acesso em: junho de 2017.

BRASIL. **“Decreto nº 3.048 de 06 de Maio de 1999”**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11766700/artigo-11-do-decreto-n-3048-de-06-de-maio-de-1999>>. Acesso em: maio de 2017

BRASIL. **“Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl4682.htm>. Acesso em: junho de 2017.

BRASIL. **“Lei de Benefícios da Previdência Social - Lei 8212/91”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212orig.htm>. Acesso em: maio de 2017.

BRASIL. **“Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: maio de 2017.

BRASIL. **“Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9032.htm>. Acesso em: junho de 2017.

BRASIL. Constituição (1824). **“Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: abril de 2017.

BRASIL. Constituição (1891). **“Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: abril de 2017.

BRASIL. Constituição (1934). **“Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: abril de 2017.

BRASIL. Constituição (1937). **“Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: abril de 2017.

BRASIL. Constituição (1946). **“Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: abril de 2017.

BRASIL. Constituição (1967). **“Constituição da República Federativa do Brasil de 1967”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: abril de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **“Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: abril de 2017.

BRAVO. Maria Inês Souza. **“Política de Saúde no Brasil”**. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-5.pdf>. Acesso em: maio de 2017.

CARTAXO, Ana Maria Baima. **“Estratégias de sobrevivência: a previdência e o Serviço Social”**. São Paulo: Cortez, 1995.

Cartilha de Direito Previdenciário. 2010, OAB São Paulo. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-previdenciario/cartilhas/cartilha-OAB-digital.pdf>>. Acesso em: maio de 2017.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **“Manual de direito previdenciário”**. 5ª ed. – São Paulo: LTr, 2004.

CAVASSANA, Maruza Rubia. **“Auxílio Reclusão”**. Revista de Direito Social 32. Out/Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.bdr.sintese.com/AnexosPDF/RDS%2032%20%20Doutrina%20Direito%20Social.pdf>>. Acesso em: maio de 2017

DEMO, Roberto Luis Luchi; SOMARIVA, Maria Salute. **“Pensão por morte previdenciária. Aspectos materiais e processuais. Atualidades, sucessão legislativa e jurisprudência dominante”**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, VIII, n. 23, out 2005. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=178>. Acesso em: junho de 2017.

DIEESE. **“Considerações Sobre as Medidas Provisórias 664 e 665 de 30 de dezembro de 2014”**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2015/subsidiosconsideracoesMPs664665.html>>. Acesso em 29 de Junho de 2017.

DUARTE, Adriana. **“O processo de reforma da Previdência Social pública brasileira: um novo padrão de regulação social do Estado?”** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XXIV, n. 73, p. 120-141, mar. 2003.

GOUVEIA, Carlos Alberto Vieira de. **“Os dependentes e os principais aspectos na concessão dos benefícios previdenciários”**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 66, jul. 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6196>. Acesso em: maio de 2017.

HOMCI, Arthur Laércio. **“A evolução histórica da Previdência Social no Brasil”**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 14, n. 2104, 5 abr. 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12493>>. Acesso em: abril de 2017.

HORVATH JUNIOR, Miguel. **“Direito Previdenciário”** 4ª edição. 4. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2004. v. 01. 415p.

JARDIM, Rodrigo Guimarães. **“Antecedentes históricos da Seguridade Social no mundo e no Brasil”**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 02 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.44593&seo=1>>. Acesso em: abril 2017.

KERTZMAN, Ivan. **“Curso prático de Direito Previdenciário”**. 7ª ed. Salvador, JusPODIVM, 2010, 684 págs.

LOPES JÚNIOR, Nilson Martins. **“Direito previdenciário: custeio e benefícios”** – 3º ed. – São Paulo: Rideel, 2010. – (Coleção de Direito Rideel).

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **“Curso de Direito Previdenciário”**. 2º ed. – São Paulo: LTr, 2003.

MARTINS, Sergio Pinto. **“Direito da Seguridade Social: Custeio da Seguridade Social”**. Benefícios, Acidente do trabalho, Assistência Social e Saúde. 17ª ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

MEIRELLES, Mário Antônio. **“Evolução Histórica da Seguridade Social – Aspectos Históricos da Previdência Social no Brasil”**. Artigo elaborado em 21 de Novembro de 2009. Disponível em: < <http://www.oabpa.org.br/index.php/2-uncategorised/1574-a-evolucao-historica-da-seguridade-social-aspectos-historicos-da-previdencia-social-no-brasil-mario-antonio-meirelles>>. Acesso em: maio de 2017.

Ministério da Previdência Social. **“Pensão por Morte”**. 2012. Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/pensao-por-morte/>>. Acesso em: abril de 2017.

MTMSSPS. **“Matriz teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social”**. - Brasília: MPAS, 1995. 32 p. 1. Serviço Social. I. Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Disponível em: <<http://cresspr.org.br/wp-content/uploads/arquivos/matrizteoricometodologicassprevsociall.pdf>>. Acesso em: julho de 2017.

MUNARI, Márcia Maria Corrêa. **“A Pensão Previdenciária Pública, as Emendas Constitucionais e a Segurança Jurídica”** / Márcia Maria Corrêa Munari. São Paulo: Pontifícia da Universidade Católica, São Paulo, 2008. 111 p. 1. Direito constitucional 2. Pensão Previdenciária 3. Emendas Constitucionais 4. Segurança jurídica.

NETTO, José Paulo. **“Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós – 64”** / José Paulo Netto – 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEC 287. **“Proposta de Emenda Constitucional 287.”** Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a Seguridade Social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>>. Acesso em: Julho de 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. **“Consenso de Washington”**; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>>. Acesso em: junho de 2017.

RAMALHO, Marcos de Queiroz. **“A pensão por morte no regime geral da Previdência Social”**. São Paulo: LTr, 2010.

VIEIRA, Marco André Ramos. **“Manual de Direito Previdenciário”**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

**ANEXO I - QUESTIONÁRIO APLICADO A ASSISTENTE SOCIAL DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PARANAGUÁ ODETE FERNANDES (ASSISTENTE
SOCIAL -CRESS-1727/11ª REGIÃO/PR)**

a) Como se deu seu ingresso no campo da Previdência Social?

R: Através do Concurso Público realizado em janeiro de 2009. Tendo posse em junho 2009.

b) Quais foram os desafios encontrados no decorrer de sua trajetória profissional?

R: Os desafios são diários, assim como em qualquer área da divisão sócio técnica do trabalho. Cada política pública traz em si seu antagonismo, ora com retrocessos, ora avanços.

Posso descrever somente alguns desafios:

1) Pelo fato da Previdência não abrir concursos para assistentes sociais durante 20 anos, ao assumir percebi que servidores e usuários desconheciam qual era nosso papel dentro do Instituto. Passados 8 anos, continuo esclarecendo o que é Serviço Social e quais são suas atribuições;

2) Longas filas de espera para atendimento, e a maioria das pessoas desconhecem motivos pelos quais seus requerimentos foram indeferidos, ou deferidos e quais são os procedimentos posteriores.

O direito da população é vilipendiado, quando o INSS ou outra instituição pública ou privada nega ou negligencia esclarecimentos. Ainda persiste no Brasil a cultura do atendimento rápido com a preocupação quantitativa não agregando qualidade;

3) Falta tempo para leituras e análises de legislações, inclusive da própria Previdência, cujo perfil traz Leis complementares e alterações constantes;

4) Entender toda a gama de benefícios previdenciários – são muitos; e na prática para cada regra existe uma exceção;

5) criar ações regionais com toda a rede socioassistencial e outras, com os sete municípios do litoral – Paranaguá, Matinhos, Pontal do Paraná, Guaratuba, Guaraqueçaba, Morretes e Antonina.

Estou há 3 anos e 5 meses no INSS do litoral e os encontros são realizados em cada município, quando autorizados pela Prefeitura (inclusive já passei por momentos em que Secretária de Assistência Social de um determinado município não autorizou presença do INSS) para realização de ação, cujo tema seria: as alterações do BPC e a reforma da Previdência (o qual acreditamos relevante);

6) A agência da Previdência Social do Litoral necessitaria mais assistentes sociais, o fato de estar sozinha na área é um desafio (demanda extenuante);

7) Não foram liberadas vagas para estagiários(as) em todo Brasil. O papel supervisor simboliza troca de aprendizado, por isso continuamos reivindicando através do Sindicato e CRESS.

Para responder aos desafios é necessário pensar e articular ações coletivas. Dificilmente tomamos decisões sem buscar apoio do coletivo. Refiro-me ao grupo de assistentes sociais, não só de nossa gerência (Curitiba, Região Metropolitana e litoral), mas de um grupo nacional.

c) Quais as atividades desenvolvidas dentro da Previdência Social?

R: Todas atividades têm como Objetivo Geral - implementar a Política Social Previdenciária sob a ótica do direito social, da formação de uma consciência coletiva de proteção ao trabalho e do fortalecimento da cidadania. Desta maneira são subdivididos em atividades específicas:

- 1) prestar atendimento técnico individual e coletivo aos usuários, esclarecendo-os quanto ao acesso aos direitos previdenciários e assistenciais, e sobre os meios de exercê-los;
- 2) socializar as informações previdenciárias e assistenciais tanto em âmbito interno quanto externo à instituição, em ações que promovam a articulação entre o INSS, movimentos sociais, instituições governamentais e organizações da sociedade civil;
- 3) realizar estudos e pesquisas sobre a realidade social, na qual se inserem os usuários da Previdência Social e sua família, com vistas a subsidiar ações no âmbito da política previdenciária;
- 4) emitir parecer social com o objetivo de fornecer elementos para reconhecimento de direitos, manutenção e recurso de benefícios e decisão médico-pericial;
- 5) realizar avaliação social da pessoa com deficiência requerente do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, com base nos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde – (CIF);
- 6) assessorar e prestar consultoria aos movimentos sociais, entidades governamentais e organizações da sociedade civil, em assuntos de política e legislação previdenciária e de assistência social;
- 7) promover articulação com entidades públicas e da sociedade civil para conhecimento da rede de recursos sociais;
- 8) realizar visitas técnicas domiciliares e/ou institucionais;
- 9) propor, elaborar e executar programas, projetos e ações em consonância com as demandas dos usuários e o plano de ação nacional do Serviço Social;
- 10) contribuir para a formação de cidadãos conscientes acerca da proteção ao trabalho e da ampliação do acesso às políticas de Seguridade Social;

- 11) propor, coordenar e participar de eventos institucionais e extra institucionais, respeitadas as autorizações e a agenda de trabalho;
- 12) participar de reunião/supervisão técnica junto ao Responsável Técnico do Serviço Social da Gerência Executiva;
- 13) registrar os dados do Boletim Estatístico do Serviço Social e outros dados qualitativos referentes às ações desenvolvidas, e encaminhar ao Responsável Técnico do Serviço Social;
- 14) desenvolver ações conjuntas com as áreas de Perícia Médica e Reabilitação Profissional;
- 15) atuar como assistente técnico na Procuradoria Federal Especializada, quando solicitado.

d) Como se dá a capacitação para o exercício profissional?

R: Alguns cursos de capacitação já foram realizados durante estes 8 anos pós concurso. Outra forma de capacitação são as reuniões técnicas mensais que acontecem em Curitiba. Participam todos(as) assistentes sociais de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral. Tais reuniões são estabelecidas pautas antecipadas, com convites para profissionais de outras áreas, ou do Serviço Social de outras instituições com temas atinentes as nossas demandas. Todos os Projetos, Planos de ação e demanda de rotina são amplamente debatidos e organizados nestas reuniões.

Através de seminários de debates entre Serviço Social da Previdência e outras instituições que atuam com as políticas públicas

Leituras de análises de artigos, livros, vídeos e outros materiais acerca da atuação profissional; das expressões da questão social; mudanças políticas e econômicas do Brasil e do mundo.

e) Referente aos Benefícios previdenciários elencados na Constituição Federal, quais os tipos de demandas atendidas?

R: Orientação social e encaminhamentos para todos os Benefícios da Previdência:

-Auxílio doença, Auxílio invalidez, Auxílio Maternidade; Auxílio Majoração e Auxílio Reclusão;

-Pensão por Morte;

-Aposentadoria especial; Aposentadoria por idade, Aposentadoria por tempo de contribuição e Aposentadoria para Pessoa com Deficiência aprovada em 2013 através da lei Complementar 142.

E BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

BPC – Benefício de Prestação Continuada para Pessoa Idosa e Para Pessoa com Deficiência.

f) Qual a importância profissional, frente ao Benefício da Pensão por morte?

R: A atuação do Serviço Social com Benefício Pensão por morte é orientar e realizar alguns encaminhamentos

Existe uma legislação específica para todos benefícios, a qual exige critérios para acessar os direitos previdenciários e sociais;

No caso específico de Pensão por Morte, a pessoa falecida deve estar em condição de segurado(a), ou seja, ter tempo de contribuição à Previdência, sem perda de direito de segurado. Dependendo do caso são 12 meses, caso tenha recebido seguro desemprego são 24 meses, e caso tenha 10 anos de contribuição previdenciária são 36 meses.

Os(as) pensionistas deverão comprovar dependência do(a) segurado(a) que faleceu com alguns documentos; o quais parte da população desconhece.

Quando é requerido e não tem restrições, a pensão é concedida de imediato com servidores da área técnica administrativa.

Quando a pessoa falecida não tem critério de segurado(a) a resposta também é fornecida pelo técnico administrativo.

Desta forma, somente são encaminhados(as) para o Serviço Social, as pessoas que desconhecem critérios de documentos comprobatórios de dependência

Os casos rotineiros atendidos são companheiros(as) que não possuem declaração de União Estável, mesmo coabitando durante anos, inclusive relações homoafetivas. Nestes casos são necessários, pelo menos 3 documentos, tais como: comprovantes de aluguel, de endereço em nomes conjuntos, comprovantes de internamentos hospitalares que um dos(as) companheiros(as) assinaram; comprovantes de convênios com plano de saúde, funerários; conta bancária conjuntas; seguro de vida entre outros. Lembrando que tais documentos devem datar dois anos antes da morte do(a) segurado(a).

A maioria destas pessoas desconhece tais possibilidades de comprovação de dependência, as vezes desistindo de um direito que pode ser acessado, por isso o Serviço Social orienta e encaminha para instituições tais como: hospitais, empresas, Centro de Referência de Assistência Social; Unidades de Saúde Pública ou privada, entre outras.

g) Quais os tipos de relatórios emitidos e os impactos que os mesmos causam na concessão do benefício da Pensão por morte?

R: Não são realizados relatórios sociais, apenas relatórios de acompanhamento, para organização interna das ações do Serviço Social.

Cada encaminhamento para o(a) mesmo(a) segurado(a) é registrado no relatório.

A partir das orientações e encaminhamentos do Serviço Social o(a) dependente tem 30, ou até 60 dias para apresentar documentos comprobatórios ao setor administrativo, podendo acessar, ou não seu benefício.

Relatórios e pareceres do Serviço Social não interferem nas decisões quanto a deferimento ou indeferimento de pensão por morte. Apenas contribuem para que usuários(as) sejam esclarecidos quanto aos seus direitos, bem como como acessá-los.

h) Mediante a reforma constitucional, como você encara as novas mudanças e as influências que estas mudanças terão no exercício profissional?

R: As reformas em curso, algumas em discussão significam retrocessos nos direitos da população brasileira

Considerando que o papel precípua da profissão é a defesa das esferas dos direitos sociais, políticos, civis e humanos, as mudanças influenciam diretamente, não só no exercício profissional, mas em nossas vidas, pois também compomos a classe que vive do trabalho.

A esfera dos direitos, ao longo da história veio sendo espraçados, no entanto nenhum direito foi concedido, mas socialmente conquistados, a partir da organização da sociedade civil. As reformas em tela estão sendo definidas, e, algumas já implantadas sem consultas a estas organizações. Em outras palavras são reformas impositivas, depondo contra o formato democrático ao qual o País foi constituído, sobretudo a partir de 1988.

A reforma da educação já está em franca expansão, mesmo sem consultar estudantes e profissionais da área; a reforma trabalhista não é diferente, já que vem trazendo a retórica das privatizações, além da terceirização tão utilizadas nos períodos de 1988 a 2000. O processo de terceirização da força de trabalho, afeta na vida da população, não só nas perdas das garantias constitucionais de 1988, mas da CLT, bem como setores públicos. As perdas de campos de trabalhos afetam diretamente nos direitos previdenciários, já

que os mesmos dependem de contribuições advindas de salários fixos, e não temporários ou na informalidade. Dependem também do tempo de contribuições, e se as empresas terceirizam, não mantém por longos períodos a classe trabalhadora.

Outro exemplo é o BPC (Benefício de Prestação Continuada), advindo da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/8.742/93), demarca grande conquista. Dentre os últimos 15 anos foi apontado como o melhor benefício de transferência de renda que poderíamos conquistar. Em 2016, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o número de pessoas recebendo BPC se aproximava a 4 milhões.

A reforma consistiu em exigência de documentos com difícil acesso a população que necessita deste benefício. Além de aumentar a idade de 65 anos para 66 anos e assim sucessivamente, chegando aos 70 anos em 2020.

Particularmente, precisaria escrever muito para descrever o que cada reforma trará de consequências, impactando negativamente na esfera de direitos da população, sobretudo as que dependem da: saúde pública, assistência social, educação pública, trabalho, Previdência Social entre outras políticas sociais.

Em consonância as principais legislações, dentre elas destaca-se: lei: 8.662/1993 – que Regulamenta a profissão de Assistente Social, e a Resolução do CFESS nº 273/93, atual Código de Ética. Tais legislações foram pensadas e construídas a partir de amplo debate com a categoria, sendo formuladas pela lógica da democracia.

Tanto a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993); como o atual Código de Ética (273/1993); evidenciam o pleno apoio aos movimentos sociais e populares, consequentemente a defesa de todas esferas de direitos conquistados, bem como o combate a opressão, discriminação e violência.

Nesta lógica, as reformas que retiram direitos fragilizam sobremaneira as classes populares, aumentando as expressões da questão social, dificultando o exercício profissional.

i) Quanto ao Benefício da Pensão por Morte, como você encara estas mudanças constitucionais?

R: Em 2016 houve mudanças para acesso a pensão por morte limitando idades de cônjuges ou companheiros(as), pois filhos legítimos ou adotados com menos de 21 anos, o direito permaneceu inalterado:

Segue tabela abaixo:

| IDADE /CÔNJUGE | DURAÇÃO MÁXIMA DO BENEFÍCIO |
|--|------------------------------------|
| Menos de 21 (vinte e um) anos | 3 (três) anos |
| Entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos | 6 (seis) anos |
| Entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos | 10 (dez) anos |
| Entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos | 15 (quinze) anos |
| Entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos | 20 (vinte) anos |
| A partir de 44 (quarenta e quatro) anos | Vitalício |

Outra mudança neste período foi retirar da legislação o direito a receber pensão, caso o beneficiário fosse julgado e condenado por morte do (a), segurado(a), o que até então era possível.

E por último, institui tempo de contribuição, de pelo menos 18 meses antes da morte do segurado, para que os dependentes pudessem acessar a pensão, exceto por acidente. Anteriormente bastava pagar 1 mês para acesso ao direito.

Além do tempo de contribuição já citado, a união estável ou casamento deverá ocorrer dois anos antes do falecimento do(a) segurado(a), exceto que a morte tenha sido por causa de acidentes.

A atual reforma debatida no Congresso Nacional propõe a manutenção das mudanças citadas, porém condiciona ao(a) cônjuge ou companheiro(a), a optar entre a pensão por morte ou outro benefício que já receba, estipulando um valor (ainda em discussão). Muitas(a) viúvas(os) por receio da reforma tem solicitado suas aposentadorias antecipadas, perdendo financeiramente, pois quanto mais tempo de contribuição, aumenta possibilidades de maiores salários.

Outra questão em debate, é pagar aos (as) pensionistas: esposa(o) ou companheiro(a) 50% acrescido de mais 10% se tiver filhos(as) com menos de 21 anos. E para cada filho mais 10%, assim, só receberá 100% uma família de dependentes composta por cônjuge e mais 4 filhos com menos de 21 anos. Avalio esta questão como flagrante processo inconstitucional, já que o direito a pensão foi gerado por aquela pessoa que faleceu, e contribuiu por período para previdência. A Constituição Federal, não instituiu valores, apenas promulgou os direitos previdenciários, dentre eles a pensão por morte.

As primeiras mudanças decorridas em 2016, com relação a limitação de idades para viúvas(os), em que pese, as inúmeras denúncias de pessoas que se casavam, cujo único interesse seria receber pensão por morte, sou absolutamente contrária. Acredito que, se a denúncias ocorreram deveriam

ter sido, de fato investigadas, para tomadas de outras medidas que não prejudicasse a todos(as).

Assim, somando as mudanças já decorridas em 2016, com as atuais reformas a tendência é potencializar a exclusão de pessoas que poderiam estar acessando valores integrais de pensões, além de manter seus direitos preservados, sobretudo a aposentadoria, auxílio doença ou outros concomitante a pensão. Já que ambos(as), já falecido(a) e o(a) pensionista são segurados(as) da previdência, considerado o caráter contributivo da política em tela.

j) Como profissional de Serviço Social, de um modo geral você vê estas mudanças constitucionais como um ponto positivo ou negativo para a população brasileira?

R: Acredito que esta resposta está intrínseca a resposta **h**).

Somente acrescento que as mudanças são negativas, já que retira direitos, que mesmo consagrados estavam em construção. A manutenção, ampliação e efetivação de direitos depende da organização sociopolítica de um Estado.

Em tempo!!

Em março deste ano, O Ministério da Previdência Social foi extinto, havendo um deslocamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsável pela concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Sendo transformado em Secretaria do INSS.

O destaque acima simboliza mais um retrocesso. Já que o Ministério tem mais autonomia do que uma Secretaria hierarquicamente dependente de outro Ministério.

i) Você gostaria de apresentar mais alguma questão, que não foi abrangida nesta entrevista?

R: Gostaria de agradecer ao privilégio em contribuir novamente com acadêmica do Curso de Serviço Social da UFPR Litoral, pois ano passado tive alegria imensa em ser entrevistada por ex-aluna, cujo tema era “A atuação do(a) Assistente Social no Instituto Nacional de Seguro Social de Paranaguá”

Peço desculpas pelos erros de ortografia, e alguns detalhes que poderiam ser mais explorados. Porém me coloco a disposição para novas entrevistas, ou esclarecimentos de dados que tenham ficado obscuros.

Parabenizo você e sua orientadora pela excelente pesquisa, pois o tema Pensão Por Morte tem pouco material disponível para contribuir com novos debates e pesquisas, devido a especificidade do tema.

BOA SORTE.